



# 2º CONGRESSO DA JUVENTUDE DO PT

Resoluções e moções





## SUMÁRIO

1. Apresentação - 3
2. Resolução Política do II Congresso da Juventude do PT - 5
3. Resolução jovens mulheres petistas - 24
4. Resolução da participação da delegação da Juventude do PT na II Conferencia Nacional de Juventude - 27
5. A juventude Negra, a JPT e as Políticas de Ações Afirmativas - 29
6. A JN13, a JPT e as Políticas de Juventude - 30
7. Resolução JPT Nordeste - 33
8. Resolução Juventude da Amazônia - 37
9. Resolução sobre a renovação das direções - 40
10. Resolução sobre política financeira - 41
11. Resolução da juventude de lésbicas, gays, bissexuais, travestis e transexuais do PT - 42
12. Municipalização da JPT: Fortalecer a organização de base - 44
13. Moção de apoio à greve geral da USP - 51
14. Moção ao ministro Haddad pela readmissão do sindicalista Manoelzinho! - 52
15. Moção Haiti - 53
16. Moção de repúdio ao governo demo-tucano de SP - 54
17. Moção sobre a Comissão da Verdade - 55
18. Moção sobre a Copa do Mundo 2014 - 56
19. Moção sobre a Pastoral da Juventude - 58
20. Moção sobre a PEC 56/11 - 59
21. Moção sobre o PLS 518/2009 - 61
22. Moção de apoio a campanha contra a violência e o extermínio de jovens - 62
23. Moção de apoio à ministra Iriny Lopes - 63
24. Moção de apoio a implantação do campus da Unifesspa em Parauapebas - 64
25. Moção de repúdio às músicas tocadas no 2º congresso da Juventude do PT - 65
26. Moção de apoio ao governador Agnello Queiroz - 66
27. Moção ao governo do Marrocos - 67
28. Moção em solidariedade aos prefeitos de Gravataí e Pinheiro Machado RS - 68
29. Moção de repúdio à repressão militar contra o movimento estudantil na Paraíba - 70
30. Moção de apoio a federalização da FURB - 71
31. Moção de repúdio ao governo tucano em MG - 72
32. Moção de apoio a comunidade Dandara - 73
33. Moção de apoio aos movimentos “Fora Micarla” e “Fora Rosalba” - 74
34. Moção sobre a vida urbana, o Código Florestal e a soberania nacional - 75
35. Moção de apoio à vice-governadora do Amapá Doralice Nascimento - 78
36. Moção de repúdio à ampliação dos investimentos em comunidades terapêuticas e à política de internação compulsória dos usuários do crack - 79
37. Moção de repúdio ao presidente do partido democratas do Distrito Federal - 80
38. Moção de repúdio a homofobia - 81
39. Moção em defesa da Seppir - 82
40. Moção de solidariedade à família do companheiro Tedy Pereira - 83



# 1. APRESENTAÇÃO

No último IV Congresso do PT, realizado em 2011, conseguimos uma vitória com a aprovação da cota de 20% de jovens nas direções partidárias. Entretanto, o espaço nas direções não deve servir apenas ao cumprimento das tarefas “burocráticas” do partido, mas principalmente para que a JPT se torne, efetivamente, a juventude dirigente da consciência das massas juvenis e que possamos efetivamente construir uma transição geracional forte no Partido dos Trabalhadores.

A Juventude do PT vive um momento de crescimento. O II Congresso Nacional da JPT mobilizou mais de 15 mil jovens petistas em todo Brasil debatendo e formulando políticas para dentro e para fora do partido.

O debate no congresso foi muito rico, com muita elaboração política por parte dos nossos diversos setores juvenis. Foram aprovadas mais de 50 resoluções e moções, discutindo as mudanças necessárias no Brasil e no mundo, uma plataforma política para juventude brasileira, a organização da JPT e as principais agendas para esse novo período.

Já fizemos história, fomos à primeira instância do partido a ter paridade de gênero e étnico racial na direção, com ampla representatividade regional e reafirmamos isso no II Congresso. Fortalecemos relação com movimentos, com a JN13, as jovens feministas, a juventude trabalhadora, gestores de PPJs e no movimento estudantil. Temos também o desafio de fortalecer a relação com os jovens LGBT, ambientalistas e com os jovens que atuam nos demais setoriais do PT, aprofundar e intensificar a atuação nas relações internacionais, realizar Caravana pelo Brasil adentro, campanhas, debates e formação política.

Precisamos consolidar este novo modelo de organização, envolvendo cada vez os jovens petistas filiados ou simpatizantes e ter uma ação municipalista junto à juventude, fazendo a disputa de suas pautas específicas na sociedade e uma ação conjunta com os movimentos sociais. É fundamental fortalecer as instâncias locais, municipais, estadual e nacional, organizando os núcleos e as secretarias da JPT por todo Brasil, disputar politicamente os 52 milhões de jovens brasileiros e os/as jovens petistas sendo protagonista na participação nos conselhos municipais, estaduais, e nacional de Juventude (Conjuve), nas conferências, no debate legislativo, enfim nos espaços públicos de formulação e execução das políticas públicas para juventude.

Esta publicação contém as resoluções e moções do II Congresso Nacional da JPT e as orientações sobre as composições das direções estaduais e municipais, aprovadas pela Direção Nacional da JPT.

Desejamos que essa publicação alcance a diversidade dos jovens petistas PT e que nossas resoluções consiga fortalecer cada vez mais a Juventude do PT. Boa leitura e bom trabalho!



**Rui Falcão**

Presidente Nacional do PT

**Jefferson Lima**

Secretário Nacional da JPT

...



## 2. RESOLUÇÃO POLÍTICA DO II CONGRESSO DA JUVENTUDE DO PT

### **As mudanças que a juventude quer no Brasil e no mundo**

Para acabar com séculos de exploração serão necessários outros tantos de luta pela superação da opressão entre os seres humanos e só uma consistente transição entre gerações será capaz de levar adiante a luta pelo socialismo.

Esta é, dentre muitas outras, uma importante função de uma organização partidária juvenil. As constantes transições geracionais são acompanhadas, com maior ou menor intensidade, por transições políticas, onde o contexto e o período históricos e as experiências vividas e adquiridas incidirão sobre os rumos do projeto político que se pretende construir.

Portanto, além de combater o envelhecimento partidário e garantir a renovação de gerações, trata-se de criar os mecanismos para que a novas gerações deste início do século XXI consigam modificar positivamente as circunstâncias deixadas pelas gerações precedentes e assumam a construção do socialismo em melhores condições.

Nosso principal desafio é incidir sobre a construção de um partido socialista de massas que tenha na prática política e na organização militante seu principal alicerce para abrir uma nova fase na história do Brasil e do mundo. O fortalecimento dos laços com a classe trabalhadora, a sua organização e a presença na luta dos explorados e oprimidos devem ser prioridade, e a Juventude Petista deve ser um dos principais expoentes dessa política.

O I Congresso da Juventude do PT, realizado em 2008, foi fruto de uma grande mobilização de jovens lideranças do nosso partido, que conseguiram se unificar em torno da pauta e aprová-la no III Congresso do PT. No debate organizativo, avançamos em aspectos significativos. No IV Congresso, obtivemos mais vitórias importantes: conquista da reserva de 20% de vagas nas direções partidárias em todos os níveis e a limitação de reeleição para mandatos petistas no legislativo, medidas que reforçam a participação da juventude nos espaços de decisão e a transição geracional no PT.

Temos, portanto, o desafio de construir política e socialmente uma JPT à altura do papel da nossa geração. Ademais, temos duas missões fundamentais e vinculadas entre si: as de dar continuidade e aprofundar as mudanças iniciadas no governo Lula, em direção a um Brasil mais democrático, mais igualitário, mais soberano e mais integrado à América Latina.

Para atingir estes objetivos, é preciso enfrentar e superar obstáculos muito difíceis, entre os quais se destacam os impactos deletérios da crise internacional do capitalismo neoliberal; a influência do pensamento conservador nos meios de



comunicação; a corrupção que degenera o sistema político brasileiro; a regressividade do sistema tributário e seus impactos nas políticas públicas; a influência que a especulação financeira segue tendo sobre a economia nacional.

### **A luta socialista contra o capitalismo**

O final do século XX assistiu a inauguração de uma hegemonia capitalista sem paralelo na história. Nossa geração vive um período em que o capital exerce uma dominação como nunca antes. Por longos anos, a juventude foi, em sua grande maioria, uma das principais prejudicadas pelo modelo capitalista de desenvolvimento monopolista, latifundiário, dependente, antidemocrático, excludente e predatório em que vivemos.

Este momento histórico de máxima expansão do modo de produção capitalista decorre de uma operação econômica, política e militar que conduziu à imposição do modelo neoliberal que, apesar de seu relativo declínio, dura até hoje.

A redução do Estado, as privatizações, a abertura comercial, desregulamentação e flexibilização e a mais ampla liberdade para a movimentação dos capitais financeiros surgiu justamente como resposta das classes dominantes à crise capitalista do início dos anos 1970 e à compressão de seus lucros provocada pelo Estado de bem-estar social.

Mas a solução neoliberal também decorre da quebra de resistências: ela foi construída sob os escombros da social-democracia europeia, do comunismo soviético, dos movimentos de independência nacional e dos experimentos desenvolvimentistas latino-americanos. Com a crise do campo socialista abriu passo para a atual hegemonia capitalista.

Mas justamente por ser hegemônico, o capitalismo se encontra cada vez mais distante de suas promessas de abundância e calma, que motivou os apressados a declararem que chegáramos ao “fim da história”. Afinal, enquanto houver capitalismo haverá crises cíclicas, uma vez que sua avidez para aumentar a produtividade e o lucro não é acompanhada pelo aumento da capacidade de consumo: o capital se concentra nas mãos de poucos enquanto à grande massa é reservada a miséria e a exclusão. Este é seu metabolismo imutável.

Fomos, e seguimos sendo, resposta indignada ao sofrimento desnecessário de milhões, consequência lógica da barbárie capitalista. A experiência histórica concreta nos ensinou que o capitalismo, seja qual for a sua pujança material, é vocacionalmente injusto e excludente, avesso por natureza àquela partilha fraterna da riqueza social que é o pressuposto de qualquer autêntica democracia.

É da opressão e da exploração capitalista que resulta a miséria absoluta de milhões de seres humanos. É ela que impõe à América Latina o imperialismo, a dependência e novas formas de trabalho compulsório e escravização. É o sistema capitalista, fundado,



em última análise, na exploração do homem pelo homem e na brutal mercantilização da vida humana, o responsável por crimes odiosos contra a democracia e os direitos humanos. É o capitalismo brasileiro, com sua dinâmica histórica predatória, o responsável pela fome, o analfabetismo, a marginalidade, a opressão sobre as mulheres, o racismo, a violência ainda muito presente em todos os planos da vida nacional. É o capitalismo que conserva e aprofunda as bases reais da desigualdade social e da injustiça no Brasil.

Portanto, nossa defesa do socialismo baseia-se, exatamente, na crítica ao capitalismo, aos seus efeitos destruidores sobre a natureza e sobre a humanidade. A destruição ambiental, a injustiça social as guerras, a incompatibilidade cada vez maior entre o capitalismo e as liberdades democráticas são alguns dos motivos que tornam urgente a luta e a construção do socialismo como alternativa tanto aos grandes problemas da humanidade, quanto aos grandes dilemas do Brasil.

Para superar o capitalismo e iniciar a construção da sociedade socialista, será necessária uma mudança política profunda; os trabalhadores precisam transformar-se em classe hegemônica na sociedade civil e no poder de Estado.

Por tudo isso, podemos dizer que, de uma perspectiva socialista, enfrentamos uma situação paradoxal: no momento em que uma crise estrutural e profunda fragiliza os fundamentos do capitalismo, não se forjou com força suficiente um projeto alternativo para ocupar o seu lugar.

Portanto, uma mudança de época que reponha o socialismo no horizonte da sociedade depende de uma ofensiva massiva das classes trabalhadoras, para enfrentar não apenas os efeitos da crise, mas também suas causas; não apenas o neoliberalismo, mas também o capitalismo.

Nosso objetivo estratégico não é administrar o capitalismo, mas superá-lo construindo o socialismo.

### **O momento atual**

Desde a vitória do presidente Lula, medidas inovadoras passaram a ser adotadas, graças à nova compreensão do governo federal com respeito à geração e sustentação do desenvolvimento econômico com distribuição de renda, com inclusão social, com ampliação da participação popular, sustentabilidade sócio-ambiental e com uma política externa soberana, que priorizou a América do Sul, tendo o País participação criativa na Unasul, com a valorização dos chamados BRICs, reconhecidos o multilateralismo e um novo protagonismo nos fóruns internacionais.

Um dos resultados da nova política foi o crescimento com a redução das desigualdades sociais: o Produto Interno Bruto (PIB) cresceu 3,5% ao ano entre 2003 e 2006; 4,6%



entre 2006 e 2010; e alcançou 7,5% em 2010. Nos últimos anos, 28 milhões de brasileiros saíram da pobreza absoluta e 36 milhões entraram na classe média.

Coerente com a nova orientação imprimida ao País, o Brasil foi um dos últimos países a sentir os efeitos da crise e com certeza assegurou um menor custo social e econômico de seus efeitos. Para isso, concorreram vários fatores que destoaram das políticas hegemônicas nos países do hemisfério norte, que comprometeram fortemente suas economias nacionais para preservar os interesses do sistema financeiro em crise. No Brasil, a preservação de um sistema financeiro estatal e público, a aposta na consolidação de um mercado de consumo de massas pela elevação da renda dos mais pobres e o aprofundamento das políticas sociais, os 15 milhões de empregos com carteira assinada podem ser respostas às perguntas de porquê a “Tsunami especulativa” chegou como “marolinha”.

O apoio popular ao novo rumo trilhado pelo País foi o responsável pela reeleição de Lula em 2006 e pela eleição da presidenta Dilma Rousseff em 2010. Eleger uma mulher presidenta, com a história de vida e de luta da companheira Dilma, significou uma virada histórica e cultural, num país ainda marcado por preconceitos, discriminações, racismo, e hegemônico pelo machismo.

Os primeiros oito meses do governo Dilma transcorreram sob a égide da recidiva da crise mundial de 2007-2009, cujos efeitos se propagam hoje em escala global. Mas, tal como sob o governo Lula, nosso governo não promove recessão para combater a crise, nem tampouco corta empregos ou reduz gastos sociais para debelar a inflação.

O fortalecimento das relações com os movimentos sociais na construção de uma agenda de reformas democráticas e populares, contida nas diretrizes gerais do Programa do Governo aprovadas na primeira fase do 4º Congresso do PT, é fundamental e deve ser buscada de forma decidida tanto pelo PT quanto pelo governo. A relação PT, governo e movimentos sociais deve ser cultivada com vistas à definição de agendas comuns, evidentemente respeitada a autonomia de cada parte e as eventuais diferenças, que acumulem forças sociais e políticas em favor das reformas democráticas e populares.

### **O cenário mundial**

Nos anos 1980 iniciou-se o predomínio da globalização neoliberal que se fortaleceu ao final dessa década e início dos anos 1990. Ao longo daquela década já começam a aparecer sinais de crises advindas da liberação da movimentação internacional de capitais e da crença no mercado como regulador.

Na virada para o século 21, especialmente a partir de 2007, o capitalismo neoliberal entra em crise nos países centrais e se espalha para as regiões que seguiram ideológica, política e economicamente o guia neoliberal. Diferente das crises financeiras anteriores, que ocorreram na semi-periferia do sistema e na forma de





crises cambiais, essa atinge o núcleo do capitalismo. Devido ao “papel dirigente” dos EUA na economia, de seu alto endividamento e à sua ampla penetração nos fluxos financeiros internacionais, a quebra (e reorganização) do seu capital financeiro tem impacto mundial.

Enfrentamos uma crise sistêmica do capitalismo impulsionado pela globalização financeira, que se desdobra em uma crise de civilização, pois nela estão presentes dimensões estruturais da reprodução do capital, com o predomínio do capital financeiro, dos valores liberais como a apologia dos mercados, do sistema de poder imperialista como a interação entre o poder militar dos EUA.

Novas transformações foram ocorrendo, de tal forma que a atualidade mundial é marcada por tensões e disputas entre duas grandes e diferentes linhas de orientação política, econômica e social - ainda que nos marcos do capitalismo -, um processo em cujos desdobramentos nós devemos incidir.

Está cada dia mais evidente que o sistema capitalista atual, em sua faceta financeira exacerbada desde o fim da II Guerra Mundial e os planos de reconstrução da Europa, tendo como sua matriz os bancos estadunidenses, molda o mundo a sua imagem e semelhança. Tal hegemonia chegou ao seu ápice, manipulando a governos e sociedades, como a guerra da Líbia e a crise da Grécia, especialmente a derrota da proposta de plebiscito sobre o pacote de ajustes, vêm mostrando.

A consequência disso se manifesta em toda a dimensão da vida econômica, social e cultural da humanidade e a mais nova crise comprova que tal sistema não consegue garantir estabilidade e justiça no mundo, colocando na ordem do dia uma profunda reforma no sistema financeiro internacional e dos organismos multilaterais hoje controlados por esses interesses.

Na Europa e Estados Unidos, a ausência de forças socialistas com potencial hegemônico, o enfraquecimento e fragmentação dos movimentos sociais e a acomodação da social-democracia esvaziou a possibilidade de uma reação pós-neoliberal diante da crise e deixou aberto o caminho para a reorganização intensificada do discurso e das políticas neoliberais. Por isso, a crise do neoliberalismo, que também é do capitalismo, tem oferecido a si própria receitas de caráter ultraliberal, já demonstradas fracassadas destacadamente, por exemplo, pela forma como a Argentina saiu de sua crise no primeiro governo Kirchner e como o Brasil também superou uma crise recentemente.

Na Europa, setores da sociedade, particularmente a juventude, buscam reagir a esta situação responsabilizando os partidos políticos que aderiram ou sustentaram esse ideário. Há no nacionalismo de extrema-direita, um sentimento xenófobo, racista e preconceituoso, uma via para os agudos dilemas que a sociedade enfrenta, resultado do esgotamento do projeto clássico da social-democracia nessas nações, que polariza,



em nível de ideal civilizatório global, com os projetos populares em curso na América Latina.

É importante destacar que vivem, estudam e trabalham nesses países milhares de jovens brasileiros em situação precária e de vulnerabilidade, convivendo com a xenofobia e com os crescentes limites à cidadania e criminalização da imigração impostos pelos governos conservadores, como ocorre na França e Itália, e de maneira mais ampla pela União Européia.

Nos EUA, o recente impasse quanto ao teto do endividamento público resultou em uma negociação no Congresso Americano que, uma vez mais, reduz gastos por meio de cortes orçamentários sem aumento de impostos para os setores mais ricos da sociedade. A permissão para o aumento da dívida pública americana custa o corte de programas sociais e transferências trilionárias de recursos aos rentistas. Como nos países europeus, os cortes ampliam o desemprego e reforçam a concentração de riquezas, desencadeando fortes mobilizações como as de Wincosin e o movimento Ocupar Wall Street.

A crise global repercute com intensidade também nos países árabes e no Oriente Médio. Os problemas econômicos, os altos índices de desemprego, especialmente entre os jovens, potencializaram descontentamentos históricos com a desigualdade social, e desembocaram em movimentos pela democracia contra ditaduras de décadas.

O ano de 2011 ficará marcado na história do mundo como um momento de grande protagonismo da juventude. Jovens de diversos continentes tomaram as ruas e fizeram valer seu poder de transformação e questionamento em torno de causas diferentes, mas que guardavam entre si a vontade e a força de pensar alternativas para o mundo, mostrando que a marcha da História não tem freio e que o trem da juventude é veloz. O período de 12 de agosto de 2010 a 12 de agosto de 2011 foi escolhido pelas Nações Unidas como o Ano Internacional da Juventude e Entendimento Mútuo, e a feliz coincidência de momento histórico colocou o tema em maior evidência na luta desses jovens nas ruas do que a agenda determinada pelos organismos internacionais.

Esse ano “quente” incendiou os jovens logo em janeiro, quando a juventude tunisiana foi às ruas para protestar contra um regime autoritário que se manteve no poder por mais de vinte anos. Esses protestos - a Revolução de Jasmin - renovaram a confiança de toda a juventude do Oriente Médio, fazendo surgir movimentos de luta pela democracia em toda a região, como os jovens egípcios que ocuparam por dias a Praça Tahrir para exigir a renúncia do presidente Hosni Mubarak. Mubarak renunciou e mais uma vez ficou provado que há uma Primavera Árabe em curso, que faz eclodir movimentos por mudanças também na Arábia Saudita, Argélia, no Bahrein, em Djibuti, Iraque, Jordânia, Kuwait, Marrocos, Maurítânia, Síria, Sudão, no Omã e no Iêmen.



Esse verdadeiro “Maio de 68” árabe, que está mudando as feições dos governos do Oriente Médio, chegou ao outro lado do Mediterrâneo e a juventude europeia vive dias históricos de mobilização e luta. A crise econômica de 2008, que demonstrou a fragilidade do sistema financeiro dos países centrais e os perigos da ação desregulada dos capitais especulativos, teve seus maiores impactos sobre os jovens europeus, atingidos com maior gravidade tanto pelo desemprego, como pela política de arrocho de gastos públicos e de supressão dos direitos sociais.

O Movimento dos Cidadãos Indignados da Grécia, e uma infinidade de organizações e de jovens que se juntaram espontaneamente ao movimento, tem ido cotidianamente às ruas para protestar contra o governo que, a todo custo, tenta impor aos estudantes e aos trabalhadores o ônus da crise criada pelos banqueiros. Protestos semelhantes foram vistos na Inglaterra em março, na Marcha para a Alternativa por empregos, crescimento e justiça, que pretendia mostrar ao governo britânico que havia uma alternativa ao programa de corte de gastos públicos defendido pelo governo conservador. Ainda na Europa, os bons ventos de maio fizeram os jovens da Espanha se organizarem a partir de plataformas sociais digitais para tomar as praças em múltiplas regiões do país, protestando contra o desemprego e os cortes nos direitos sociais.

Mais do que encontrar uma saída para seu impasse estratégico-programático, a esquerda europeia precisa observar o avanço da onda das PPJs no Sul, para mudar o futuro dos jovens europeus. Caso contrário, observaremos o inverso do que podemos fazer no Brasil, por exemplo: construir o país desenvolvido com justiça social pelo investimento geracional.

Sintonizada com as lutas da juventude em todo o mundo, cabe à JPT ocupar as ruas e as mobilizações que ocorrem no país, politizar o debate contra a corrupção, sobre a democracia e a participação, defender a importância dos partidos políticos e do PT como ferramenta de transformação e a atualidade do nosso projeto socialista. Devemos gritar em alto e bom som que o capitalismo não nos serve, que um outro mundo socialista é possível e cada vez mais necessário.

Outra parte do mundo, na qual se inclui o Brasil, rejeitou o neoliberalismo como alternativa para seus povos e nações. Com vitórias históricas contra a direita, a maior parte dos governos latino-americanos – sobretudo na América do Sul – tem adotado uma linha progressista, visando promover o crescimento econômico, geração de empregos, distribuição de renda, justiça social e democracia. Embora a crise dos países centrais tenha afetado a maior parte dos países do mundo, assim como os diferentes setores econômicos, parte dos países em desenvolvimento saiu com relativa rapidez da crise e retomou seu curso de desenvolvimento. Isso é particularmente verdadeiro para a China, Brasil, Índia, África do Sul e para vários outros países da Ásia, África e América Latina.



Com grande esforço, esses países conseguiram transitar pelas linhas de menor resistência apresentando algumas alternativas, derrotando o ideário neoliberal e mantendo aberta a possibilidade de transformações mais profundas. Ao trilharem este caminho, tais países fortalecem, a um só tempo, a soberania e a integração latino-americana. Essa disparidade frente à crise pode ter, pelo menos, um duplo significado. Por um lado, as economias desses países, antes periféricos, já não dependem dos países centrais na forma absoluta em que dependiam antes. Por outro, a emergência econômica e social relativamente autônoma desses países pode ter contribuído para a crise dos países centrais.

A forte influência da esquerda na América Latina e Caribe, por sua vez, possibilita que essa região se torne um dos pólos de natureza geopolítica em curso no mundo. No entanto, os Estados Unidos deverão resistir a essa tendência de fortalecimento da esquerda, assim como o farão as potências européias e a direita latino-americana e caribenha. Atualmente, essa resistência se expressa de diferentes maneiras, assumindo a característica de uma contra-ofensiva generalizada.

A necessidade atual de reconstruir os Estados nacionais, construir empresas estatais, públicas e sociais que funcionem como instrumentos de políticas industriais de desenvolvimento, e democratizar a sociedade, são elementos que tendem a formalizar alternativas socialistas.

A crise atual, cuja intensidade e duração ainda incerta, está associada ao ideário e ao programa neoliberal que, regra geral, nos últimos 40 anos impôs sua hegemonia preconizando a redução da presença do Estado na economia, a desregulamentação do sistema financeiro, a redução de direitos sociais e reformas fiscais, tudo para alargar a chamada liberdade dos mercados e elevar a taxa de lucro.

Neste cenário de crise mundial, cabe ao Partido dos Trabalhadores e à sua juventude, em especial, bem como às demais forças de esquerda do Brasil e da América Latina, aprofundar seu compromisso com outra visão de mundo e com outro modelo de desenvolvimento, reafirmando a defesa da construção do socialismo. Importante também na etapa atual da crise do capitalismo que atinge as principais potências imperialistas é a integração econômica, social e política da América Latina.

### **Governo Dilma: aprofundar as transformações estruturais**

Após anos de pilhagem do Estado, através de privatarias que legaram ao País o fardo de uma herança maldita, o governo Lula resgatou o papel do Estado como indutor do desenvolvimento, recuperou a função do planejamento governamental e fortaleceu o poder público, inclusive o das empresas estatais, como foi o caso exemplar da Petrobras.

Hoje há mais gente alfabetizada, mais serviços de saúde, menos fome e pobreza, menos desigualdades regionais. Há mais direito à moradia e à terra, mais igualdade



entre os sexos, mais respeito à diversidade e aos direitos humanos. O crescimento econômico re-introduziu a necessidade da industrialização, estimulou a criação de mais empregos e proporcionou aposentadorias menos aviltantes.

No Brasil, interrompemos o avanço do neoliberalismo e iniciamos a construção de uma nova hegemonia democrática e popular. A presença das forças socialistas e democráticas na liderança do país já deixou marcas profundas na sociedade brasileira, na esquerda e na história do Brasil. O governo Lula foi de disputa, marcado por um profundo combate às desigualdades sociais e de esforço sistêmico em tornar a nossa sociedade justa e solidária.

Por isso, é possível dizer que o governo Lula transformou a consciência do povo brasileiro, alterou a correlação de forças no país e iniciou uma mudança do caráter do Estado brasileiro. A terceira vitória consecutiva sobre as forças neoliberais expressam a força da atual consciência política e cultural do povo brasileiro, mais favorável ao ideário de esquerda e progressista. Além disso, essa consciência é hoje mais nacional, popular, confiante e esperançosa. Temos ainda uma nova correlação de forças mais favorável ao campo progressista com o avanço dos direitos do trabalho, da cidadania e o ambiente democrático de relação com os movimentos sociais. Ao mesmo tempo, o Estado brasileiro começou a ser democratizado, isto é, iniciou-se a redução da privatização e mercantilização das funções do Estado e passou-se a ampliar a esfera pública.

No entanto e apesar da vitória obtida pelo nosso campo ter os reflexos já apresentados, é fato que a direita se realinhou durante as eleições de 2010 a partir dos setores mais reacionários e proto-fascistas da nossa sociedade. Setores da Igreja, a grande mídia empresarial e o capital financeiro se reorganizaram para impedir o aprofundamento das mudanças em curso no país. Questões fundamentais para o socialismo democrático como os direitos e a autonomia das mulheres, as políticas afirmativas, a solidariedade internacional, principalmente com os povos latinoamericanos, foram tratadas a partir de uma visão conservadora e até mesmo regressiva do ponto de vista civilizacional.

Esse processo demonstrou os limites e os impasses da experiência do bloco democrático-popular no governo nacional. A estratégia adotada até aqui nos permitiu avançar bastante no sentido de superação do paradigma neoliberal e da construção de uma sociedade de bem-estar social. Os avanços ainda não se tornaram estruturais, não se converteram num outro modelo de desenvolvimento, democrático-popular, que democratize a estrutura de propriedade e produza um salto no desenvolvimento das forças produtivas sociais. Nós ainda não conseguimos deslocar os centros de poder que foram construídos no regime militar e nas décadas neoliberais. O capital permanece incrustado nas estruturas do Estado brasileiro, apoiados no seu poder midiático e de legitimação, de mobilização econômica e no plano internacional conservador.



Além disso, a reversão do processo de desindustrialização e de sucateamento da infraestrutura tem encontrado grandes dificuldades. O Estado ainda não recuperou totalmente sua capacidade de planejamento e de investimento, e sua participação na recuperação e modernização da infra-estrutura industrial ainda é pequena.

A acertada redução da taxa SELIC precisa se intensificar e ocorrer mais rapidamente, visando desestimular a especulação financeira. A redução dos juros, o controle da inflação e do câmbio, assim como a progressividade da tributação e a taxação das grandes fortunas, são fundamentais para a elevação da taxa de investimento (hoje, em menos de 19%), em especial para o crescimento da indústria (entre 2004-2010, enquanto o PIB cresceu 4,4%, a indústria avançou apenas 2,9%).

Mais do que no período anterior, portanto, o novo governo deve enfrentar uma crescente resistência dos setores abertamente reacionários, dos conservadores reacionários, e dos pseudodemocratas, para os quais qualquer participação popular no governo e no poder cheira mal, e qualquer política exterior independente cheira a antiamericanismo. A ação desses setores na campanha eleitoral e sua reação posterior à derrota mostram que eles não estão dispostos a qualquer trégua.

A superação desses limites dependem fundamentalmente do aprofundamento o processo de transformação social brasileiro, pela via da inclusão pelo emprego e pela renda, com democracia e ampliação dos direitos sociais, somente possível em um quadro de um amplo e profundo ascenso, inédito em sua envergadura histórica e programática, dos partidos de esquerda e dos movimentos sociais.

Os direitos juvenis e os direitos humanos não serão efetivados sem confronto com os interesses do capital. Experimentamos os limites da conciliação de classes e somente a mobilização juvenil e popular será capaz de iniciar uma transição a outro modelo de desenvolvimento.

Para dar conta dos desafios que devemos enfrentar, é necessário mais partido, mais luta social e ideológica, mais enfrentamento com a grande mídia, com o latifúndio e o agronegócio, com o capital financeiro e monopolista e com os partidos que não compõem a base aliada.

### **Uma plataforma para a juventude**

A depender da concepção de juventude adotada, haverá diferentes abordagens sobre os jovens. Conseqüentemente, serão formuladas diferentes políticas públicas e concepções de organização juvenil. É neste sentido que a autonomia, a liberdade e o direito à experimentação devem ganhar cada vez mais relevo quando falamos de juventude.

Em geral, com a justificativa da proteção e do cuidado, os pais ou familiares exercem uma forte dominação sobre os jovens: definição de horários de entrada e saída na



casa, restrições à participação em festas ou atividades de convivência, controle e repressão da atividade sexual, intromissão na escolha de parceiros afetivos, interferência na escolha profissional ou pressão para o ingresso precoce no mercado de trabalho, ainda que seja em ocupações precárias.

No Brasil, para a maioria dos jovens, os processos de busca de autonomia, aprendizado e experiências não conseguem seguir o curso dos desejos, interesses e potencialidades pessoais. Diante da falta de oportunidades para planejar e desenvolver projetos de vida é comum que o desânimo e o pessimismo tomem conta dos horizontes de parcela expressiva da juventude.

É preciso, portanto, proporcionar a vivência da juventude com a possibilidade de escolha e experimentação, permitindo a liberação do potencial criativo, a construção de aprendizados e o diálogo com as novidades diante das quais os jovens se deparam, formulam suas dúvidas e buscam suas respostas.

Afinal, há muito mais na existência humana do que a economia política possa responder. Um projeto transformador deve levar em conta questões que atingem mais diretamente a existência do ser humano, pois nela também operam a moral burguesa e a ideologia dominante. Sem reforma moral, não há verdadeira transformação. Tomando-se a existência humana na sua devida complexidade social e individual é que se pode compreender a importância fundamental e o lugar especial que assume a questão da juventude na luta por uma sociedade sem exploração.

A orientação geral do Governo Dilma em trabalhar a erradicação da miséria e da fome extrema como meta fundamental de governo continuará demandando um enfoque social ampliado das políticas sociais da juventude. A implementação de políticas públicas de juventude abrangentes e em escala deve colaborar na superação do ciclo de reprodução da pobreza que atinge as novas gerações.

Nesta perspectiva, a ampliação da cobertura das políticas sociais deve compreender também uma nova geração de políticas públicas de juventude e a criação de novos direitos sociais. O recorte conceitual que deve organizar essa nova geração de políticas é o da emancipação e do desenvolvimento integral dos jovens, passando pela afirmação de novos direitos específicos como ao financiamento público do tempo livre, à experimentação, à redução obrigatória da jornada de trabalho durante os estudos, ao trabalho decente, dentre outros.

Esse contexto de crise de civilização e de um mundo em grandes mudanças tem impacto decisivo sobre a juventude. O fato é que com o desenvolvimento da sociedade capitalista, o avanço da acumulação do capital gerou uma crise estrutural no mundo de trabalho, que tem sido incapaz de dar condições dignas às pessoas e principalmente de inserir as novas gerações. Com o agravamento da crise, os/as jovens são os primeiros a perder o emprego e a se pauperizar.



Porém, no Brasil, os números da Relação Anual de Informações Sociais (RAIS) de 2010, confirmam uma tendência de alta empregabilidade da juventude. No período de 2003 a 2010, a geração de empregos formais atingiu 15,3 milhões de postos de trabalho. Só em 2010 o Brasil gerou 2,861 milhões de empregos formais, crescimento de 6,94% em relação ao mesmo período em 2009, aumento anual de 5,51%, inédito na história do emprego formal em oito anos sucessivos. No caso dos jovens, a expansão do emprego foi maior que o dobro do crescimento médio (os 6,94%), chegando a mais 19,06%.

Já o IBGE trouxe, em 2010, grandes notícias sobre a redução (27% em oito anos) da entrada dos jovens no trabalho precoce para a faixa mais crítica de 15 a 17 anos, os que abandonavam a escola para ajudar na renda doméstica e menos pela busca de autonomia. Em 2003, eram 26% da PEA, hoje são 18,9%. Dados que não substituem a necessidade de uma política que seja pró-ativa em evitar o trabalho precoce, a precarização ainda muito presente, e a evasão escolar.

Não é coincidência o fato de serem os/as jovens os/as protagonistas de grandes mobilizações nos países e regiões onde o neoliberalismo produz seus efeitos mais perversos. No caso da juventude brasileira, não é verdade a sentença de que está apática. Pelo contrário, as juventudes no Brasil têm uma tradição de grande presença política nos momentos decisivos do país e uma presença institucional organizada, inclusive. Nós temos um nível de organização maior ou menor conforme o contexto histórico e social, mas a tendência é o país ter a presença de uma juventude forte.

Nos últimos 40 anos, a juventude tem mudado. Muitos falam que, hoje, os jovens são alienados e não participam, mas não podemos comparar a participação da juventude em diferentes épocas históricas. São momentos completamente distintos. A juventude tem uma participação hoje tão importante quanto tinha na década de 1960, mas ela se expressa de outras formas.

Hoje a expressão cultural da juventude é muito grande, e não necessariamente se dá apenas sob as formas da organização sindical e político-partidária que continua existindo, evidentemente. Longe de uma contraposição entre um formato de organização mais tradicional e os movimentos e formas de organização mais recentes, esses diferentes espaços devem ter capacidade de criar articulações e mecanismos de cooperação, de modo a ampliar e fortalecer as lutas pela emancipação e transformação social.

A construção de um programa de Revolução Democrática exigirá que a juventude seja incorporada com uma dimensão estratégica para o seu avanço, por três razões: o contexto de bônus demográfico vivido pelo país, o caráter juvenil da “nova” classe trabalhadora e o perfil de vanguarda da juventude brasileira. A juventude brasileira tem o potencial para ser a força motriz do aprofundamento das transformações vividas pelo país.





Nós já estamos vivendo a transição geracional no Brasil. Viramos o século e todas as condições estão dadas para a juventude ocupar outro espaço no país. Os próximos 25 anos serão de desenvolvimento do conhecimento, da tecnologia e da cultura. Se o país quer sair da situação em que está, terá de impulsionar esse movimento. É uma questão de luta política, colocada pelos jovens do passado e por estas gerações de agora.

Mais do que ocupação por parte da juventude de espaços de decisão e poder, tal transição geracional exige que a JPT consiga protagonizar também a política, convivendo com os avanços conquistados pela primeira geração, sem perder de vista a readequação da estratégia socialista e de massas ao novo modelo de país que necessariamente caminhamos para construir. Um marco importante deste protagonismo que a JPT vem adquirindo é a recente indicação da então Secretária Nacional da JPT, Severine Macedo, para a Secretaria Nacional de Juventude do Governo Federal, bem como a indicação de jovens dirigentes petistas para a presidência do Conselho Nacional de Juventude.

A juventude brasileira tem ampliado as suas formas de organização e expressão pública, se utilizando de novas linguagens e diversificando as pautas políticas. As políticas sociais do governo Lula promoveram a inclusão de um grande contingente de jovens, que agora, depois de garantido condições básicas de sobrevivência, têm mais possibilidades de participar da vida política e social.

Os governos Lula e, agora, o governo Dilma estão produzindo um fortalecimento estrutural da classe trabalhadora no Brasil, de significado e perspectivas com profundidade equiparável às bases sociais nos quais se formou o chamado “novo sindicalismo” e o próprio PT. Apenas nos oito anos de governo Lula, foram criados 15 milhões de postos de trabalho formalizados. Esta nova classe trabalhadora, formada em ambiente de direitos democráticos, mais escolarizada, potencialmente mais feminista e mais anti-racista, representa a base social sobre a qual deverá se construir a hegemonia política das esquerdas brasileiras e é composta expressivamente por jovens. Essa leitura é complementar a renovação da pirâmide etária brasileira.

O bônus demográfico é um ativo importantíssimo no desenvolvimento das forças produtivas do país possibilitando, desde que bem aproveitado por uma ação planejada do Estado, um aumento da produção e da renda per capita, a elevação da capacidade de poupança e de investimento e uma otimização dos gastos sociais demandados pela população dependente.

Mas a importância da juventude no debate do desenvolvimento vai além do seu peso populacional. Principalmente se a intenção não for reduzir o desenvolvimento do país ao mero crescimento econômico ou diluir a questão da juventude nos indicadores gerais de geração de postos de trabalho ou criação de novas vagas escolares.



A via conservadora de desenvolvimento e a própria existência do bônus demográfico, por si, nunca garantiram a inclusão da questão da juventude como pauta diferenciada. A incorporação à sociedade dos primeiros filhos da “onda jovem” durante os anos 1980 e 1990, por exemplo, coincidiu com o esgotamento do desenvolvimentismo conservador e a expansão do projeto neoliberal no país.

A possibilidade de fazer com que as riquezas, que estão sendo criadas pelo atual desenvolvimento das forças produtivas, sejam apropriadas pelos trabalhadores que as geram depende da possibilidade de combater o modelo monopolista de desenvolvimento. Para isto é ser possível imprescindível uma alternativa que combine participação ativa do Estado, reformas estruturais profundas, ampla democratização econômica, social e política, com redistribuição constante da renda, soberania nacional e política externa autônoma.

A elevação dos padrões de consumo de novos setores sociais, tratados com superficialidade como “a nova classe C”, proporcionou uma significativa ascensão social. Previsões pessimistas, afirmam que, em função desta nova posição, tais setores tendem a ter uma consciência conservadora. Pelo contrário, consideramos que os valores e a consciência política destes setores sociais estão em disputa. É papel do PT e de sua juventude, em particular, apresentar um programa capaz de fortalecer os vínculos político-ideológicos com a esquerda e o projeto socialista.

O desafio é debater um programa da juventude e apresentá-lo para a sociedade, contendo a síntese do que os jovens pensam e discutem para o Brasil. Um programa da Juventude do PT deve ser apresentado de forma protagonista para o conjunto da sociedade brasileira.

Formular qual a etapa e o paradigma seguinte da Política Nacional de Juventude é uma tarefa da SNJ, da JPT (subsidiando os gestores e demais petistas que compõem conselhos de juventude), do Conjuve, das juventudes partidárias, dos movimentos, das organizações e das entidades juvenis em geral e de outros atores da sociedade e de dentro do próprio governo e parlamento, especialmente dos deputados que compõem a Frente Parlamentar de Juventude. Experiências petistas desenvolvidas em vários estados e o novo Plano Plurianual da Secretaria Nacional de Juventude do Governo Dilma Rousseff compõem um importante arcabouço.

Uma legislação das PPs é indispensável e a aprovação recente da PEC da Juventude e do Estatuto da Juventude é de suma importância e deve ser divulgada e reivindicada pela JPT. O Estatuto é fundamental, pois define quais são os direitos específicos desse período da vida, marcado pela faixa etária de 15 a 29 anos. É um marco para constituir uma nova compreensão sobre o que é ser jovem, período que carregou estereótipos negativos, visto como problema ou mera fase de transição da infância para a vida adulta. Chegou a hora da sociedade e do Estado reconhecerem os jovens como portadores de direitos específicos, capazes de participar do projeto de país.



O Estatuto compreende temas como o direito à comunicação e liberdade de expressão, à cidade e a mobilidade, à segurança pública e a necessidade de implementação da Agenda Nacional de Trabalho Decente para a juventude. Também assegura o direito à diversidade e pluralidade, à cidadania, à participação social e garantia do desenvolvimento integral com políticas públicas nas mais variadas áreas do Estado.

O Estatuto define a criação de um Sistema Nacional de Juventude que ainda precisará ser regulamentado pelo Estado, mas que aponta para a necessidade de um pacto federativo entre Municípios, Estados e a Federação para a execução de políticas de juventude. O Sistema prevê ainda que o controle social e a participação serão fundamentais e devem ser exercidos por meio dos Conselhos de Juventude.

A JPT deve agora construir uma pressão política sobre o Senado e viabilizar que seja sancionado pela Presidente Dilma antes da 2ª Conferência Nacional de Juventude. A pressão sobre o Congresso deverá ser no sentido de acelerar a votação do Estatuto da Juventude e dar continuidade a tramitação do Plano Nacional de Juventude.

A 1ª Conferência de Juventude foi um marco importante para o Brasil. Mais de 400 mil jovens participaram de um processo inovador, que se tornou referência para a democracia participativa brasileira. Naquele momento o lema da Conferência foi “Levante sua Bandeira”. Foi a oportunidade de os/as jovens apresentarem à sociedade brasileira seus anseios e demandas.

A 2ª Conferência Nacional de Políticas Públicas para a Juventude apresenta-se como uma oportunidade para se travar essa disputa e apresentar para a sociedade uma plataforma de direitos para a juventude concatenada com o projeto de desenvolvimento do país. Ela precisa dar um salto de qualidade, que amplie sua capilaridade e contribua para que a juventude opine sobre os grandes temas do país. Chegou a hora de afirmar quais são as políticas prioritárias do Governo Dilma, sugerir metas, prazos e como implementá-las com participação ativa da juventude. Para tanto, será preciso fortalecer ainda mais a Secretaria Nacional de Juventude, de modo a assegurar a transversalidade de políticas universais que atendam a juventude no conjunto dos Ministérios de forma integrada, desenvolvendo sua excelência em coordenar programas específicos inovadores.

Nesse horizonte, apresentamos algumas lutas centrais que essa geração deve encampar e aprofundar seu entendimento e capacidade propositiva a fim de fazer com que as mudanças do Brasil sigam acontecendo, sendo efetivamente uma nova geração para transformar o país:

1. Banda Larga universal e gratuita;
2. Educação pública, gratuita, libertadora, de qualidade para todos e todas;
3. Democratizar os meios de comunicação, regulação da mídia por liberdade na imprensa e o fortalecimento da diversificada cultura nacional popular;



4. Segurança pública para todos e todas, referenciada nos direitos humanos;
5. Reforma Agrária ampla, sustentável e solidária; assegurando a sucessão rural e a segurança alimentar;
6. Reforma política com participação popular, voto ideológico e ação coletiva, inserindo mais jovens na política: uma nova geração de idéias e práticas;
7. Construir um modelo de desenvolvimento que proteja e conviva com a natureza;
8. Legalização do aborto e das drogas; criminalização da homofobia e fortalecimento do combate ao racismo e ao machismo;
9. Impulsionar um intenso desenvolvimento tecnológico, assentado na tecnologia limpa e no protagonismo geracional da sustentabilidade;
10. Uma nova geração de oportunidades e direitos para os jovens correspondendo juridicamente e socialmente a essa etapa de janela demográfica;
11. Direito à memória e à verdade sem restrições;
12. Reconstrução democrática, participativa e planejada das cidades, valorizando a expressão do ser social juvenil urbano em tempos de bônus demográfico;
13. Atualização da estratégia da construção do socialismo democrático petista no Brasil.

### **Uma nova democracia, esperança de uma geração**

O atual sistema político não é compatível com a democracia que defendemos para a sociedade brasileira. Se por um lado o governo amplia a justiça distributiva e participativa, por outro, são várias as mazelas que enfraquecem a ética pública, dentre elas o nosso sistema eleitoral. Para nós, movimentos sociais e partidos políticos do campo democrático e popular, a defesa da Reforma Política é determinante e deve ter como sentido ampliar a participação e a democracia, sobretudo, o fortalecimento da ética nas instituições republicanas e democráticas.

Por isso, ela deve ter como diretrizes: ampliar a participação popular por meio de mecanismos diretos e participativos; fortalecer os aspectos ideológicos e programáticos dos partidos políticos; garantir maior presença de setores hoje sub-representados, como mulheres, negros/as, indígenas e jovens; combater a prevalência do poder econômico, do excessivo personalismo, da ausência de renovação e do uso de legendas de aluguel, hoje tão disseminadas no atual formato do nosso sistema político.

Não é possível falarmos em democracia representativa quando mais da metade da população não está representada nos espaços do Congresso Nacional como é o caso das mulheres e dos afro-descendentes. Nesse sentido, para “democratizarmos a democracia” a defesa da lista fechada preordenada com alternância de gênero é fundamental para garantir uma representação mais real da sociedade brasileira.

É preciso reconstruir imediatamente a crença e a confiança na Política, em sentido amplo, como campo de ação para a transformação de realidades, aproximar a juventude e a sociedade em geral de causas e ações coletivas e ideológicas, dar vazão



a seus anseios, por meio da participação em uma esfera pública menos burocratizada e constrangida pelo poder econômico. São necessárias ações políticas complementares para garantir a ampliação da participação dos jovens nesses espaços políticos e a renovação dos mesmos, tanto na idade como no campo das idéias.

Para ilustrar o quanto essa reflexão sobre essa geração é essencial, basta nos remetermos à própria eleição de 2010, quando a maioria da população reelegeu nosso projeto porque a economia cresceu e geramos empregos. No entanto vimos um revés ideológico pela abordagem conservadora da campanha adversária, que muito bem dialogou com a consciência dessa camada que é fruto do seu tempo, tempos neoliberais.

Não podemos deixar que se consolide o atual padrão de transição geracional, que é baseado na predominância da hereditariedade pela vinculação entre o poder econômico e político familiar na maioria das "cúpulas partidárias". Por tudo isso, o estímulo à transição geracional deve ser primado nos poderes eletivos onde a juventude representa a renovação de agentes políticos, a reoxigenação programática da democracia, mas também na cultura política e na concepção de mundo para dentro do PT, dos Movimentos Sociais e do Estado Brasileiro.

Só assim, disputando a partir da própria juventude do PT os corações e mentes da juventude e fazendo muita mobilização poderemos garantir uma disputa pela esquerda das mudanças no sistema político brasileiro.

As reformas institucionais não estarão completas se não forem acompanhadas da mais profunda democratização da comunicação. Além de tudo isso, as mudanças tecnológicas e a convergência das mídias precisam ser acompanhadas na medida que ampliem o acesso, quebrem monopólios e garantam efetiva pluralidade de conteúdos.

A democratização dos meios de comunicação é tema relevante e um objetivo comum com os esforços de elaboração do governo Lula e os resultados da I Conferência Nacional de Comunicação, que evidenciou os grandes embates entre agentes políticos, econômicos e sociais de grande peso na sociedade brasileira. É urgente abrir o debate no Congresso Nacional sobre o marco regulador da comunicação social – ordenamento jurídico que amplie as possibilidades de livre expressão de pensamento e assegure o amplo acesso da população a todos os meios – sobretudo os mais modernos como a internet. Daí o nosso repúdio ao projeto de lei 84/99 que se originou e tramita no Senado Federal, o AI-5 digital, pois pretende reprimir a livre expressão na blogosfera.

Para nós, é questão de princípio repudiar, repelir e barrar qualquer tentativa de censura ou restrição à liberdade de imprensa. Mas o jornalismo marrom de certos veículos, que às vezes chega à práticas ilegais, deve ser responsabilizado toda vez que falsear os fatos ou distorcer as informações para caluniar, injuriar ou difamar.



A não regulamentação dos artigos da Constituição que tratam da propriedade cruzada de meios, o desrespeito aos direitos humanos presente na mídia, o domínio midiático por alguns poucos grupos econômicos tolhem a democracia, silenciam vozes, marginalizam multidões, enfim, criam um clima de imposição de uma única versão para o Brasil. E a crescente partidização, a parcialidade, a afronta aos fatos como sustentação do noticiário preocupam a todos os que lutam por meios de comunicação que sejam efetivamente democráticos. Por tudo isso, a JPT luta por um marco regulatório capaz de democratizar a mídia no País, reduzindo o alto grau de concentração do mercado midiático.

O monopólio da grande mídia tem um forte impacto na formação da opinião da atual geração, dos jovens das classes trabalhadoras em ascensão social que ditarão os comportamentos, opções, valores e representações do Brasil a médio e longo prazo. Da mesma forma que não podemos permitir a hegemonia do atual padrão de transição geracional da democracia brasileira e precisamos transformá-la profundamente, é fundamental impedir a reprodução geracional dos valores mais ou menos permeáveis que fundaram o Brasil do passado.

Queremos que a atual geração se eduque sob uma mídia que respeite, projete e proteja os direitos humanos, respeite e incentive a legalidade, o respeito aos direitos da pessoa como a honra e imagem e seja promotora de um debate político qualificado e construtivo, além de instigadora da criatividade, criticidade e pertencimento, via produções/conteúdos regionais e independentes. Nisso se inclui a reconstrução da imagem e do papel da juventude brasileira neste quadrante histórico, onde é estratégica para um modelo democrático e popular de desenvolvimento.

Ainda no campo da comunicação, é preciso aprofundar as políticas públicas para a juventude, num contexto em que a própria noção de cidadania cultural se redesenha num cenário de convergência tecnológica, de economia e de serviços. Tais políticas devem voltar-se para a ampliação da fruição cultural e da qualidade da educação no Brasil.

### **O caráter estratégico da Reforma Agrária**

Ao longo de mais de 500 anos de um desenvolvimento desigual e contraditório percebemos o caráter central da alta concentração da propriedade privada da terra na estrutura de poder de nosso país. O grande latifúndio é base estruturante do capitalismo no Brasil, que, pela ditadura do imperialismo, possui um papel de produção primária na divisão internacional do trabalho, de transpor pelas veias abertas da América Latina nossas riquezas naturais, e o suor de trabalhadores e trabalhadoras super exploradas pelos empresários rurais.

A agricultura familiar e camponesa, mesmo com 18 % da área territorial utilizada para a produção agropecuária, produz 70% dos alimentos consumidos no Brasil. Esta forma de produção fortalece o mercado interno brasileiro, gera renda e atua fortemente



contra a desigualdade social, além de permitir uma produção com preservação ambiental e segurança alimentar.

Por outro lado com 82% da terra e com a maioria dos recursos públicos voltados ao campo, o Agronegócio tem baixa produtividade, degrada o meio ambiente, concentra renda, não gera empregos e faz do Brasil o recordista mundial no consumo de agrotóxicos e o 3º na produção de transgênicos, dos quais não se teve nenhuma prova de que seu consumo não causa mal para os seres humanos.

O agronegócio entra em conflito direto com a agricultura camponesa e, ao invés de alimentos, produz commodities, ao invés de igualdade social, produz desigualdade e trabalho escravo. Ao invés de preservar o meio ambiente tem destruído a maior parte de nossos biomas em defesa da expansão da fronteira agrícola. Ao invés de fortalecer o desenvolvimento do Brasil, possui uma hegemonia do capital financeiro e entrega todas as riquezas nacionais à 6 grandes conglomerados de empresas transnacionais.

Durante o governo Lula muito se fez pelas áreas de assentamentos e pelo fortalecimento da agricultura familiar. É um avanço o presidente Lula ter sancionado a lei que proíbe a compra de terras por estrangeiros no Brasil, e muito tem se fortalecido o Programa Nacional de Educação na Reforma Agrária (PRONERA). Mas durante este mesmo período muito se fortaleceu o agronegócio, o governo não conseguiu produzir uma agenda de alterações que permitisse que efetivamente pudéssemos assentar as 4 milhões de famílias sem terra presentes em nosso país. Para reconhecer as dificuldades que seguimos enfrentando, basta lembrar que nos últimos anos fecharam mais de 25 mil escolas no campo.

A Reforma Agrária, embora criminalizada pela grande mídia, continua a ser uma necessidade e uma possibilidade. É uma necessidade por que não é possível pensar em transformar o Brasil mantendo uma estrutura agrária tão desigual e antidemocrática. É uma possibilidade estratégica porque possui base social em luta, e porque é um pilar central da construção de um desenvolvimento democrático e popular, que contesta profundamente a propriedade privada dos grandes meios de produção, o imperialismo e o capitalismo.

• • •



### 3. RESOLUÇÃO JOVENS MULHERES PETISTAS

A vitoriosa eleição da primeira mulher Presidenta da República teve um forte impacto simbólico para nossa sociedade, com isso estamos travando o debate na perspectiva de avançar na superação do neoliberalismo pretendendo iniciar um processo de nova hegemonia democrática e popular. Entretanto, sabemos que isso não basta para mudar a vida das mulheres, uma vez que ainda temos pouca representação feminina no Congresso Nacional, onde não atingimos 10% da composição, sendo um dos índices mais baixos da América Latina em representação das mulheres em espaços de poder institucionais. Isto significa que ainda precisamos avançar muito em um projeto de sociedade igualitária. E para isto, precisamos garantir que as conquistas acumuladas no governo LULA, a exemplo, das políticas da SEPIR, SPM, SDH, SECRETARIA NACIONAL DE JUVENTUDE.

Desta forma, as jovens feministas acumulam importantes tarefas para o próximo período, que são as de refletir sobre o novo momento político que vivemos e apresentar um programa feminista para a juventude petista, capaz de fortalecer as lideranças mulheres e avançar nas conquistas acumuladas no encontro de jovens feministas do PT, no I Congresso da JPT que aprovou a implementação da paridade de gênero na juventude, mas sabemos o quanto é difícil que essa paridade se cumpra de fato. E este foi apenas o primeiro passo na construção de políticas para o fortalecimento da organização das mulheres jovens.

Precisamos apontar ações que colocam as jovens petistas em melhores condições de contribuir na luta contra a desigualdade e combate ao machismo em especial dentro do partido. Uma dessas ações é nossa participação na executiva da JPT, um desafio que deve ser considerado, mas principalmente uma construção política de toda uma trajetória das mulheres no partido.

O 4º Congresso do Partido ao determinar, estatutariamente, a paridade de gênero na composição de suas direções, delegações, comissões e nos cargos com função específica de Secretaria e a reserva de 20% para jovens nas instâncias de direção, trouxe a tona a necessidade de pensar de que forma esses espaços e mecanismos podem contribuir para o enfrentamento ao machismo em nosso partido e a importância de incorporação do feminismo como elemento essencial na luta pela construção do socialismo, a compreensão do papel que a opressão das mulheres cumpre na dominação capitalista e a necessidade da luta pela libertação das mulheres devem fazer parte do programa do PT e estar presente também no dia a dia de nossa militância.

A Juventude do PT deve ser protagonista na inserção de uma política feminista permanente dentro do partido e em todas as nossas intervenções. A presença das mulheres na política está crescendo e tem de ser reforçada através do apoio às companheiras que estão se inserindo nos espaços de poder e decisão. É nossa tarefa





empoderar as mulheres para que um dia cheguemos ao fim da discriminação de gênero na política.

Para que essa política seja efetiva, e para termos frutos da construção de uma sociedade livre da opressão machista, é essencial que aprovemos, urgentemente, uma reforma política com lista de alternância no país. O financiamento público de campanha e o voto em lista pré-ordenada com a presença paritária de mulheres, observando o recorte geracional, tornou-se uma bandeira de quem luta pela igualdade de gênero na política e por uma divisão democrática dos mandatos eletivos conquistados pelo partido.

É por isso, que a formação continuada sobre as relações de gênero torna-se necessária para que possamos de fato implantar na teoria e na prática o compromisso militante contra a opressão das mulheres e que empodere as jovens militantes. Desta forma, foi bastante significativa a aprovação, no IV Congresso do PT, da aplicação de, no mínimo, 5% do total do Fundo Partidário para o Programa de Participação Política das mulheres.

A Juventude do PT precisa afirmar também o compromisso com a luta pela autonomia, sobretudo econômica das mulheres, jovens e não jovens. Isso significa lutar pela legalização do aborto, pelo fim da violência contra a mulher e por uma educação de qualidade e não sexista capaz de impulsionar uma transformação dos valores sociais.

A violência contra as mulheres é estrutural e inerente ao sistema capitalista. É usada como uma ferramenta de controle da vida, corpo e sexualidade das mulheres por homens. A juventude petista deve estar conectada com esta pauta. Ser um agente no combate à violência contra as mulheres.

A juventude Petista deve demandar políticas públicas para as vítimas de violência sexual, para as mulheres e crianças traficadas, para os grupos minoritários, para as mulheres rurais e de comunidades tradicionais, negras e indígenas. Mas, além disso, são necessárias ações que busquem prevenir e que coíbam os atos de violência antes que ocorram.

As feministas da JPT tem demonstrado ousadia e garra em manter a luta pela igualdade, sendo um foco de resistência e contribuindo para os avanços conquistados recentemente pelas petistas. No próximo período, nossa tarefa principal é organizar nossas jovens para as eleições de 2012.

No pleito eleitoral devemos pensar ações para que a JPT possibilite o crescimento de nossas militantes, desde sua participação, mas principalmente que dialogue com a demanda do partido em construir companheiras mulheres, fortalecendo a formação política para as candidaturas de mulheres, a partir de uma plataforma feminista. Por todos esses elementos é que a tarefa das jovens petistas é estratégica para o fortalecimento do PT.



Nós temos uma luta cotidiana que ultrapassa os limites da opressão, nossa luta está também em elaborar políticas, pensar nossa atuação como mulheres e jovens militantes. Fortalecer o partido e reafirmar o feminismo como alternativa estratégica na busca pelo socialismo. Para isto, reafirmamos a importância da democratização dos meios de comunicação e da regulamentação da mídia, uma vez que o capitalismo mercantiliza o corpo e a vida das mulheres, fortalecendo as relações de opressão e exclusão social.

Reafirmar os espaços de auto-organização das jovens mulheres é essencial para organizar uma agenda positiva de lutas e fortalecimento da relação com o conjunto dos movimentos sociais, possibilitando que a JPT seja protagonista do processo de empoderamento das mulheres na sociedade.

É notória a necessidade em nosso partido de construir espaços mistos de discussão e aprofundamento sobre as questões de gênero na perspectiva da sensibilização dos nossos companheiros, paralelo à construção de espaços de auto-organização, pois estes são de grande importância para a nossa consolidação na construção de uma sociedade socialista. Afinal, quem propõe um nova sociedade sem qualquer tipo de opressão necessariamente deve ter como sua práxis, além de outras, a defesa do feminismo, sejam homens ou mulheres.

Para isto, realizarmos o próximo Encontro de Jovens Feministas do PT se apresenta como uma tarefa para a próxima gestão que estará à frente da JPT. No encontro, realizaremos um balanço do processo de implementação da paridade nos espaços diretivos, a fim de apresentar um diagnóstico da construção da igualdade das relações de gênero dentro da JPT para que possamos identificar os aspectos potenciais das jovens mulheres. Além disto, é essencial organizar a participação das mulheres nas conferências de juventude, mulheres e demais espaços de debate e construção de políticas públicas, inclusive os internacionalistas.

Para tanto, é importante garantir mecanismos de efetivação das resoluções aprovadas, fortalecendo o compromisso da JPT com a construção do feminismo, de uma sociedade igualitária, economicamente equilibrada, sustentável e que garanta para as próximas gerações a afirmação dos valores do socialismo.

• • •



## 4. RESOLUÇÃO DA PARTICIPAÇÃO DA DELEGAÇÃO DA JUVENTUDE DO PT NA II CONFERENCIA NACIONAL DE JUVENTUDE

Nós jovens petistas, delegadas e delegados para a II Conferencia Nacional de Juventude, oriundos de todo o país, reunidos no II Congresso Nacional de Juventude do Partido dos Trabalhadores compreendemos que:

A Juventude do Partido dos trabalhadores está em sintonia com os levantes de jovens que, mundo afora, questionam o modelo de desenvolvimento capitalista e a agenda neoliberal que está em crise. No contra-fluxo, os governos progressistas da América do Sul mostram que há um projeto alternativo de desenvolvimento econômico e social, com controle e participação popular.

No Brasil, a juventude vive um contexto de bônus demográfico, ou seja, a população jovem economicamente ativa é maior que a dependente, o que nos possibilita uma oportunidade histórica de ampliar a luta por direitos e colocar a juventude como protagonista na formulação das políticas públicas.

A Secretaria Nacional de Juventude e o CONJUVE são espaços institucionais fundamentais para implementação, gestão e consolidação de PPJ's . A juventude petista deve apoiar seus programas e, ativamente, preparar sua intervenção para a aprovação dos marcos legais que estão em tramitação no Congresso Nacional. Não podemos aceitar recuos no texto do Estatuto da Juventude e devemos garantir seu caráter democratizante.

Chegamos a II Conferencia Nacional de Juventude como a principal força partidária propulsora da construção das etapas municipais e estaduais, onde debatemos e estimulamos a criação de novos Conselhos de Juventude, assim como a renovação dos já existentes, e transformamos bandeiras em propostas. O diálogo com os movimentos sociais foi fundamental para essa posição e transformação de nossas bandeiras em propostas concretas que assegurem o fortalecimento das políticas públicas de juventude. Devemos ampliar e aproximar nossas pautas com a juventude que esta organizada em outros espaços, sejam esses espaços políticos/partidários ou não, sempre disputando um projeto de esquerda e popular para nossa juventude.

Respeitando as especificidades regionais, as características políticas locais e suas particularidades, apresentamos como principais pontos de nossa atuação na II Conferência Nacional de Juventude:

- Ampliação e criação de espaços institucionais, com estrutura financeira e física, para controle e participação popular, como Conselhos e órgãos específicos de Juventude.



- Implantação do Plano Nacional de Banda Larga, por uma Internet gratuita e de qualidade para tod@s, garantindo que @s jovens sejam emissores de informações não apenas receptores.
- Por uma nova "lei de meios" que possa democratizar os meios de comunicação.
- Ampliação de canais de diálogos com as novas manifestações artísticas e culturais, e sua inserção de atuação na juventude, promovendo ações que propiciem o desenvolvimento da produção cultural e a realização do Festival estadual e nacional de cultura.
- Implantação do Passe Livre e criação de um sistema de transporte integrado, que vai além da locomoção, mas que leve em consideração questões do fluxo de transporte, integrando as necessidades de locomoção para o trabalho, o estudo e o lazer do jovem.
- Reforma Política que garanta a representação da Juventude.
- Juventude e trabalho decente - criação de mais e melhores empregos, com igualdade de oportunidade entre mulheres e homens, a luta constantes contra a precarização e terceirização, a luta contra a redução de jornada para 40hs sem redução do salário e o fim do fator previdenciário.
- Cultura, lazer e direito à experimentação
- Ciência e tecnologia
- Desenvolvimento Sustentável e meio ambiente
- Tornar mais fácil o acesso à educação, garantindo à toda Juventude brasileira o acesso e permanência a um ensino de qualidade, próximo a sua residência (seja essa em áreas urbanas, peri-urbanas ou rural) e que dialogue com sua realidade local.
- 10% do PIB para Educação e aprovação do PNE.
- Luta contra o racismo, machismo, homofobia e outras opressões.
- Implementação de um programa de enfretamento ao extermínio da Juventude Negra, tendo como orientação a resolução do ENJUNE (Encontro Nacional da Juventude Negra).

A Juventude petista, fundamental nesse processo, deve abrir diálogo e pactuar todas suas propostas com os movimentos sociais que compartilham os objetivos maiores de nossa luta. Para tanto, fazemos um chamado à unidade da Juventude Petista durante a II Conferência Nacional de Juventude para avançarmos nos debates, garantirmos nossos direitos e desenvolvermos o Brasil com políticas públicas que potencializem a vida da Juventude brasileira.

• • •



## 5. A JUVENTUDE NEGRA, A JPT E AS POLÍTICAS DE AÇÕES AFIRMATIVAS

A Juventude Negra Brasileira tem protagonizado várias lutas em defesa da promoção da igualdade racial e de combate ao racismo. Protagonizou vários momentos, desde a resistência para não serem brutalmente capturados e escravizados na África até a luta por direito a educação, saúde, moradia e políticas de Estado que promovam reparação e pela implementação de ações afirmativas.

O Movimento Negro no Brasil tem uma ligação histórica com os movimentos de esquerda brasileiros. Exemplo disso foi a luta contra a Ditadura Militar, a criação do Partido dos Trabalhadores e a criação da Central Única dos Trabalhadores.

Em 2003, com a luta do Movimento Negro e, principalmente, de militantes negras e negros filiados ao Partido dos Trabalhadores, o Presidente Luiz Inácio Lula da Silva criou a SEPPIR para articular e pautar o Estado Brasileiro sobre a elaboração e aplicação de políticas públicas de promoção da igualdade racial.

Desde então, as políticas de ações afirmativa no Brasil tem tido avanços importantes, como a Lei 10.639/2003, a Criação do Conselho Nacional de Promoção da Igualdade Racial - CNPIR, o Plano Nacional de Promoção da Igualdade Racial - PLANAPIR, o Programa Brasil Quilombola, o Estatuto da Igualdade Racial, entre outros programas que, articulados com outros ministérios, tem garantido a inclusão da população negra.

Porém, todo o conjunto de programas e ações de promoção da igualdade racial no Governo Lula/Dilma não está seguro, pois a direita elitista/racista brasileira tem, sistematicamente, dado entrada em processos junto ao STF contra os avanços do povo negro. O exemplo mais emblemático é a ação contra o Decreto 4886/2003, que regulamenta a titulação das terras de quilombo, e contra a reserva de vagas para negras e negros no ensino superior.

A Juventude do PT, seguindo a orientação do Movimento Negro e da Secretaria de Combate ao Racismo do PT, foi a primeira organização de Juventude partidária a defender em congressos estudantis, a reserva de vagas para estudantes negros, negras e indígenas. E na JN13 estão organizados centenas de jovens quilombolas. Por estes e outros motivos, a JPT defende a Reserva de Vagas para estudantes negras e negros no Ensino Superior, Reconhece a SEPPIR como o espaço institucional de implementação das políticas de promoção da igualdade racial e fortalece a luta dos Quilombos deste país em defesa do Decreto 4886/2003.

A JN13 deve ser protagonista na luta pelo aprofundamento dos programas de ações afirmativas nas universidades que vá além da reserva de vagas, formulando novas políticas de empoderamento de estudantes negros, de mais direitos e assistência estudantil com recorte racial. Queremos Ações Afirmativas por inteiro!



## 6. A JN13, A JPT E AS POLÍTICAS DE JUVENTUDE

Em relação às PPJ, a juventude negra teve participação importante, construindo e colaborando com os espaços desde a I Semana Nacional da Juventude, organizada pela Comissão Especial de Políticas Públicas para Juventude da Câmara dos Deputados, em 2003. Em 2004, a juventude negra teve papel protagonista, contribuindo com as propostas da Conferência Nacional de Juventude da mesma Comissão da Câmara Federal.

A criação da Secretaria Nacional de Juventude e do Conselho Nacional de Juventude foram importantes para aprofundar as PPJ no Brasil. Porém, a juventude negra ainda tinha uma demanda urgente, e após a organização e realização do I ENJUNE, apresentou ao Estado Brasileiro um conjunto de propostas que visam combater o genocídio da juventude negra. O sucesso do ENJUNE e a política apresentada naquele encontro pela juventude negra só foi possível porque naquele momento, na Bahia, a juventude negra do PT unificou a sua intervenção e criou a Juventude Negra 13 – JN13.

O conjunto de propostas do ENJUNE foi eleito como a primeira prioridade da I Conferência Nacional de Juventude, em 2008. A mobilização para a escolha da proposta que visava combater o genocídio da juventude negra foi feita pela JPT, através das articulações da JN13.

Às vésperas da realização da Copa do Mundo e Olimpíadas, onde nos grandes centros urbanos já se inicia uma política de limpeza étnica e racial, devemos estar ainda mais atentos a essa pauta. Não aceitamos o procedimento de internamento compulsório de usuários de crack de moradores de rua, para “limpar” praças e espaços públicos, bem como as invasões pela polícia de comunidades periféricas.

A intervenção da JN13 na construção de uma sociedade sem racismo se dá pelo acúmulo obtido pelos e pelas jovens negras e negros organizados no movimento negro, protagonizando e sendo empoderados em entidades e fóruns como a CONEN, o Enegrer, o FONAJUNE, o CEN, Coletivo Francisca Trindade, entre outras entidades que têm em seus quadros, jovens negras e negros da JPT.

Fruto do processo que sintetiza as bandeiras de luta do movimento negro e combinado com os compromissos emancipatórios do programa socialista a juventude negra do Partido dos Trabalhadores reafirma seu compromisso com as luta anticapitalistas e se organiza de forma a combater todas as formas de injustiças e processos de exclusão que tanto marcam a realidade dos/as jovens negros/as brasileiros/as.



O caráter emancipatório e libertário do socialismo democrático norteará as nossas ações a fim de promover a disputa pela hegemonia política e social contra as bases materiais e culturais que organizam as opressões racistas, machista e homofóbicas em nossa sociedade.

A discussão e aprovação das cotas (gênero, raça e etnia), são avanços importantes na diminuição das desigualdades de ocupação dos espaços diretivos do partido. No caso da luta racial, ainda nos defrontamos com o recorte de gênero o que gera o acúmulo de opressões, machismo e racismo. É fundamental que o conjunto da Juventude do PT, aprofunde os processos de empoderamento da nossa Juventude Negra, fazendo um recorte especial com as jovens mulheres negras. A formação política e o cumprimento das cotas são passos importantes, mas precisamos garantir uma agenda de Formação Política para as mulheres que contemplem as questões étnico raciais com recorte de gênero.

A Juventude Negra do PT compreende a dimensão estratégica do internacionalismo e buscará contribuir nas tarefas das relações internacionais da JPT e do Partido no sentido de estabelecer laços com organizações partidárias ou não de juventudes do continente africano que reivindicam a luta anticapitalista naquele continente.

Na busca pela paz entre as nações e pelo fortalecimento da solidariedade internacional e soberania dos povos defendemos a imediata retirada das tropas brasileiras do Haiti. Esta é a primeira experiência de revolta popular constituída apenas por negros e negras escravizados em nosso continente, que em 1804 impulsionou o processo de independência das ex-colônias, além disso defendemos que a retirada do aparato militar seja substituída por contingentes técnicos composto por médicos engenheiros, assistentes sociais, que contribuirão para a reconstrução do Haiti.

É necessário a JPT compreender e empoderar a juventude negra do PT de forma que suas demandas estejam na agenda política da JPT e do PT. Para isso, a pasta de Ações Afirmativas deve ter um Coletivo da JN13 que subsidie o debate da formulação de políticas de inclusão da juventude negra, de promoção da igualdade racial e de combate ao racismo. E que acompanhe sistematicamente as deliberações e encaminhamentos no âmbito político e institucional.

O combate ao genocídio da juventude negra deverá ser pauta estruturante da formulação política da JPT, articulado com as demandas de combate ao machismo e à homofobia/lesbofobia. E como espaço de formulação para a pauta da JN13, a JPT realizará em março de 2012, junto com os encontros setoriais do PT, o V Seminário Nacional de Juventude Negra do PT, para aprofundar o debate sobre organização e organicidade, participação política e pacto geracional.

No I ConJPT, foi aprovada a paridade nacional e a proporcionalidade estadual e municipal étnico racial. Este movimento, articulado pela JN13, ampliou a participação



de jovens negras e negros na JPT. Porém, em alguns estados e municípios a participação não tem sido qualificada, o que faz com que o II ConJPT oriente ao conjunto das teses a indicarem para a composição das executivas, em todas as esferas, jovens negras e negros que estejam disposto a construir a JN13 como espaço de auto-organização da Juventude Negra do PT.

• • •





## 7. RESOLUÇÃO JPT NORDESTE

Nós, jovens que construímos o II Congresso da Juventude do Partido dos Trabalhadores, somos contemporâneos de um mundo que não pertence mais a um pensamento único, e no qual a juventude é o elemento transformador da história. As plataformas sociais digitais têm possibilitado um novo espaço para a aproximação e a mobilização da juventude em torno da ideia de construir sociedades diferentes do modelo neoliberal proposto.

São fortes os indícios de que estamos no limiar de assistir florescer um espírito de época diverso do individualismo que prevaleceu nas décadas de 1980 e 1990. Podemos ver em toda a parte jovens mobilizados em torno de objetivos que expressam uma cultura mais humanista, solidária, fraterna, justa, democrática, plural e os mais variados adjetivos que fazem encher as bocas, brilharem os olhos e bater mais forte o coração de todos nós petistas. Em todos esses processos, a luta por justiça social e por democracia estão no centro e isso nos faz confiar que vivemos um período ainda mais promissor para o socialismo petista.

No último período, jovens brasileiros se organizaram por várias causas, como o Fora Arruda, que conseguiu derrubar a direita do Governo do Distrito Federal, os movimentos por passe-livre e pelo direito à mobilidade urbana que se multiplicam em dezenas de centros urbanos, a Marcha da Liberdade, as jornadas de luta pelo investimento em educação conduzidas pela UNE, a Marcha das Vadias, o Movimento Fora Micarla, entre tantos outros. A atuação política dos jovens também ganhou força em espaços institucionais de participação, seja nos Conselho Nacional, Estaduais e Municipais de Juventude, seja nas mais diversas Conferências promovidas pelo Governo Federal.

Esse protagonismo jovem também é expressão de um momento demográfico único. A população brasileira está prestes a atingir um momento culminante da pirâmide etária com a maior parcela de jovens na história recente do país, uma situação que dificilmente se repetirá nas próximas décadas. Os jovens presentes no II Congresso da JPT são uma geração que está construindo com as próprias mãos a história do seu país e que serão decisivos para a definição dos nossos rumos.

A eleição de Dilma Rousseff em 2010 é a reafirmação de um projeto vitorioso iniciado pelo Partido dos Trabalhadores em 1980, que conquistou democraticamente o poder, com Lula, em 2003. Estamos construindo, por meio de uma política democrática e inclusiva, um país mais justo, em que milhões de pessoas estão tendo acesso pela primeira vez a determinados direitos sociais que são a porta de entrada para a cidadania. O combate à miséria, que sempre esteve entre os grandes objetivos do PT, ganhou protagonismo na política nacional, a partir de nossa vitória em 2003 e torna-se a meta fundamental e tangível do governo Dilma. Adotar políticas públicas que dêem dignidade a todos os cidadãos é condição básica para a construção do Estado desenvolvido, democrático e justo que temos como horizonte.



Analisando o crescimento eleitoral em quase todo o Nordeste, Dilma obteve mais de 65% dos votos válidos. Em diversas cidades de Pernambuco, Ceará, Bahia, Alagoas, Piauí, Paraíba e Maranhão ela chegou a 80% de votos válidos. Em Catumbi (PE), alcançou quase 95%. Isso prova que a candidata do PT triunfou em todas as capitais do Nordeste.

O reconhecimento maior de que o Modo Petista de Governar mudou a cara do Nordeste para melhor se confirmou com a derrota política nas eleições de 2010 da direita nordestina encastelada no Senado Federal. Figuras reacionárias como Mão Santa e Heráclito Fortes no Piauí, Marco Maciel e Sergio Guerra em Pernambuco, Tasso Jereissati no Ceará, Cesar Borges na Bahia e Efraim Morais na Paraíba, foram varridos do cenário político nacional.

Esse patamar vitorioso do PT no Nordeste é fruto da atenção e direcionamento de Políticas Públicas específicas para essa região, durante os dois mandatos do Presidente Lula e agora dando continuidade com a Presidenta Dilma. A redução significativa da pobreza e a quebra da estagnação do desenvolvimento trouxeram geração de emprego e renda, mais acesso a educação nos três níveis com o Projovem, ProUni e Reuni, ampliação, regionalização e interiorização das Instituições Federais de Ensino Técnico e Superior, combate a fome por meio do Bolsa Família, realizando o sonho da casa própria com construção de habitações com o Minha Casa Minha Vida, permitindo o acesso a energia elétrica nas áreas rurais com o Programa Luz para Todos entre outras políticas que fizeram com que o Nordeste retomasse seu espaço como protagonista no desenvolvimento do País.

O PT é o partido preferido dos brasileiros, segundo recentes pesquisas divulgadas por três institutos de pesquisa. Tanto o Datafolha como o Vox Populi, o partido também prevalece no Nordeste, com 21%. Apesar do PT liderar nas cinco regiões do País, os três institutos afirmam que o melhor desempenho é no Nordeste, a legenda alcança a simpatia de 33% da população.

Com 32% de preferência nacional nas pesquisas, identificado com as realizações dos governos Lula e Dilma, fortalecido por uma militância incomparável, o PT prepara-se para as eleições de 2012 com o objetivo de consolidar nosso crescimento nacional, ampliar a base política de apoio ao governo da presidenta Dilma, ratificando o papel das capitais que já tem exitosas experiências de gestão petista, como Fortaleza e Recife. E, também, renovar o compromisso dos municípios com as políticas públicas federais. Aliás, muitas das políticas públicas federais têm seu nascedouro no chamado modo petista de governar, um conjunto de definições construídas a partir de experiências bem sucedidas de gestão municipal e estadual que precederam a conquista do governo federal.

É com este propósito que vamos travar a principal batalha política do próximo período: as eleições de 2012. Temos consciência de que os resultados colhidos nas urnas serão



decisivos para a configuração de forças que disputarão a sucessão presidencial em 2014, para o enraizamento do projeto popular nos municípios e para a construção da hegemonia de esquerda no cenário nacional.

O fortalecimento dos municípios defendido pelo PT é aquele que erige o poder local como espaço de transformação da qualidade de vida das pessoas, da participação cidadã, em compasso com as grandes mudanças sociais, políticas, econômicas e culturais de nosso projeto nacional e a juventude vanguarda destas transformações deve assumir seu protagonismo nas transformações sociais.

Reafirmando deliberações anteriores, o PT se manterá aberto a alianças locais com os partidos da base de sustentação do governo federal, conforme definido no 4º Congresso Extraordinário do PT. Entendemos que é fundamental deixar claro o campo de alianças restringindo qualquer aproximação com os partidos da base de oposição (PSDB, DEM e PPS), com os quais não constituiremos chapas.

Também faremos das campanhas municipais uma trincheira em defesa da democratização do Estado brasileiro como caminho estratégico para eliminar os privilégios das oligarquias, as fortalezas da corrupção e o poder dos grandes grupos econômicos. Tod@s noss@s candidat@s militarão, desde suas tribunas e palanques, pela aprovação da reforma política e eleitoral. Explicarão aos eleitores de todos os rincões a necessidade de se implantar o financiamento público das campanhas e do voto em lista pré-ordenada, além da adoção de novos mecanismos democráticos como as leis de iniciativa popular a convocação de plebiscitos e a realização de referendos. Essas serão nossas bandeiras para nos contrapormos ao discurso demagógico e oportunista das forças conservadoras, que se recusam às mudanças estruturais no sistema político brasileiro.

Nossa política para esta disputa tem como centro fortalecer o nosso projeto de país, aprofundar o enraizamento do PT nos municípios, e consolidar a aliança com os partidos da base de sustentação do governo Dilma. Neste sentido, a escolha dos candidatos majoritários deverá ter como critérios a identidade programática, a solidariedade com nosso projeto nacional e a viabilidade eleitoral. O PT priorizará o lançamento de candidaturas próprias nas principais cidades do nordeste, nas cidades em que governa e onde representa a melhor chance de vitória do campo progressista. Nas eleições de 2012, nosso objetivo central será garantir o crescimento e o fortalecimento do PT, lançando o máximo possível de candidaturas próprias. Agora é a vez do PT!

Para garantir a superação dos desafios que estão colocados entendemos que é preciso avançar na organização da JPT, na formação política e na construção de uma plataforma que possa orientar e estimular novos e jovens quadros à disputa eleitoral nos seus municípios. Elencamos algumas proposituras que entendemos se constituir no limiar do enfrentamento destes desafios:



- Criação de um Fórum da Juventude Petista do Nordeste, um espaço de encontros, articulações, debates, intercâmbio de experiências e construção de uma pauta comum a partir da região apontando para a conjuntura do país;
- Realização de Seminário com membros da Juventude Petista que irão disputar legislativos e executivos municipais em 2012, é fundamental a parceria com a Fundação Perseu Abramo, a Escola Nacional de Formação e a Secretária Nacional de Formação;
- Construir uma publicação que possa orientar as candidaturas nas eleições de 2012;
- Formular uma política de comunicação com o enfoque nas mídias espontâneas e Redes Sociais que tenha como principal objetivo a divulgação das atividades e disseminação dos debates promovidos pelo Fórum Nordeste;
- Criação de um espaço no Portal da JPT para a região nordeste e demais regiões que tenha gerenciamento de representantes nas regiões.

A Juventude Petista conclui seu 2º. Congresso ciente de que tem diante de si um desafio histórico de imensa magnitude. A execução destas tarefas exigirá criatividade ideológica, força político-social, clareza estratégica e, sobretudo, interação constante com a militância, que não deve ser convocada tão-somente nas campanhas eleitorais, mas também para traçar e decidir os rumos da juventude do nosso partido.

*“Eu acho que tudo isso demonstra que o Nordeste vai mudar de cara. E vai mudar de cara para melhor.” (Luiz Inácio Lula da Silva)*

• • •



## 8. RESOLUÇÃO JUVENTUDE DA AMAZÔNIA

A Juventude do Partido dos Trabalhadores em seu 2º. Congresso Nacional de 12 a 15 de novembro de 2011 teve seu marco na mobilização da JPT chegando a mobilizar na base 15.000 jovens para buscar colocar a JPT em outro patamar de organização.

Passamos por uma situação política única para a região, a realidade geopolítica nos demanda cada vez mais protagonismo social para massificar a luta e forçar a sociedade a tratar o meio ambiente com a devida importância e a sustentabilidade como o direito da presente e futuras gerações.

A cada tempo e lugar, fatores históricos, estruturais e conjunturais determinam as vulnerabilidades e as potencialidades do planeta em que vivemos, o paradigma desenvolvimento x preservação do meio ambiente nos exige a reformulação de nosso comportamento perante a natureza. As revoluções sociais contemporâneas que eclodem no mundo mostram que a juventude é o termômetro da sociedade e emerge o papel fundamental dos jovens do século XXI.

Frente à urgência de se pensar um modelo de desenvolvimento, economia e padrões de consumos pautados na sustentabilidade, principalmente em nossa região, afirmamos ser necessário um programa petista para a juventude na Amazônia e para isso trazemos a seguinte plataforma política para a juventude na Amazônia Legal:

- Garantia de acesso e permanência com sucesso de jovens em todos os níveis de ensino, da educação básica a superior, com políticas afirmativas que garantam os direitos por meio de cotas raciais para jovens negros e indígenas e cotas sociais para jovens em situação de vulnerabilidade, alcançando, até 2021, a meta dos Objetivos do Milênio de 100% freqüentando o ensino fundamental ;

- Vinculação às cadeias produtivas e dinâmicas socioculturais locais da região do Pronatec e do processo de expansão e interiorização da rede federal de ensino, em níveis técnico, tecnológico (IFETs) e superior (Universidades), voltados e vinculados às especificidades da Amazônia. No caso do ensino técnico, com a perspectiva de reserva de vagas para jovens trabalhadores rurais e indígenas, com disciplinas voltadas a inclusão produtiva local e emancipação social.
- Reestruturação curricular da educação básica e superior, referenciada numa matriz de educação para a sustentabilidade, estimulando a formação para o empreendedorismo e valorização das culturas locais, com enfoque territorial e solidário;
- Investir em ciência para formar uma geração que produza conhecimento e tecnologia voltados à sustentabilidade e inclusão social, com destaque para a graduação e pós-graduação em áreas estratégicas para as regiões menos desenvolvidas e com maior potencial de agregação de valor, com prioridade e garantia de bolsas para os jovens para estimular a vocação científica;
- Institucionalização de políticas que promovam a inserção dos jovens no mundo do trabalho e geração de renda, especialmente através do financiamento para



a economia solidaria, instituindo, por exemplo, linha de crédito específica para jovens no BASA. bancos estaduais e agendas de fomento para projetos econômicos individuais ou cooperativistas.

- Garantia de políticas públicas de educação e qualificação profissional para jovens do campo e da floresta referenciada na metodologia da alternância, articulada a política e financiamento da agricultura familiar assegurando mecanismos de desburocratização do acesso a terra e ao crédito;
- Implementação de políticas de financiamento e assistência estudantil que garanta a permanência na escola de jovens do campo e da cidade e indígenas, com uma política de extensão que considere a inserção produtiva sustentável e solidária, bem como a geração de renda das comunidades tradicionais e povos originários que considere as práticas da agroecologia e agroextrativismo.
- Expandir e interiorizar equipamentos públicos de esporte, cultura e lazer; vinculados territorialmente, à ações do Ministério da Cultura que estimulem a produção cultural dos/pelos/para jovens que valorizem a identidade e o pertencimento a região amazônica do campo, da cidade, dos povos originários e das comunidades tradicionais;
- Fortalecer os mecanismos de proteção e emancipação social para jovens em situação risco, de exploração sexual e/ou tráfico humano, com promoção de políticas que assegurem a reinserção socio-produtiva;
- Implementação de políticas específicas de saúde para jovens com destaque para o enfrentamento da gravidez precoce, prevenção de DST/HIV/AIDS e uso de drogas lícitas e ilícitas, bem como a redução de danos;
- Atualização da Política Nacional de Juventude a ser implementada na região, sintonizada com os desafios e a sustentabilidade Amazônica, com controle social pela sociedade civil, com criação de Câmara, GT ou Comissão específica no Conjuve;
- Incluir a Amazônia na meta das cidades contempladas prioritariamente no Plano Nacional de Banda Larga, aproveitando o anel de fibra ótica que interliga o Brasil a Venezuela e o cabo intercontinental que passa pela Venezuela, Estados Unidos e Europa, garantindo investimentos em políticas que estruturam o acesso a internet como a universalização da energia elétrica;
- Construir via Conjuve, Conselho de Desenvolvimento Econômico e Social, governo federal, BNDES e estados, um pacto que estabeleça prioridade de investimentos sociais em políticas de juventude de forma específica, garantindo também percentual de investimentos em infra-estrutura para este segmento da sociedade.

Para cumprir esta tarefa elencamos as seguintes tarefas para o próximo período:

- Articular a bancada petista da região amazônica, geral e territorial, assim como iniciar os diálogos com as juventudes aliadas, para enfrentar com qualidade e com seus temas o debate do Estatuto, Plano, Frente, Comissão, 2ª Conferência Nacional de Juventude, com a atualização da Carta da JPT da Amazônia.



- Realizar atividades estaduais e planejar a organização da região para protagonizar o Seminário Meio Ambiente da JPT.
- Fortalecer a articulação do Fórum de Secretarias e Secretarios da JPT da Amazônia para desenvolver e consolidar uma agenda política para a região, agregando os gestores de PPJ's, movimentos juvenis, movimentos sociais e sindicatos para intervenção na sociedade;
- Preparar desde já as condições para lançar candidaturas jovens para prefeituras e câmaras de vereadores em 2012 na região amazônica;

***A Floresta nos une, A Amazônia nos pertence!***

• • •



## 9. RESOLUÇÃO SOBRE A RENOVAÇÃO DAS DIREÇÕES

O PT incluiu no seu Estatuto, durante a reforma estatutária promovida no seu 4º Congresso, o item que afirma que "a eleição das direções da JPT será a cada 2 (dois) anos, tendo o seu formato regulamentado pelo II Congresso da JPT."

Assim, entendemos que a interiorização, bem como o amplo funcionamento das instâncias municipais, é a prioridade na agenda organizacional da Juventude do PT, e que o atual modelo congressual da JPT, com etapas municipais realizadas para eleger delegação e direção antecedendo as etapas estaduais e nacional, não têm servido suficientemente para a interiorização e para o aprofundamento do debate político da JPT.

Por isso, é importante discutirmos formas de aperfeiçoar o modo de renovação das direções, a fim de propiciar organização real, consistente e permanente nos municípios e o deslançar de um processo amplo, mas qualificado, de interiorização.

Assim, o II Congresso da JPT aprova:

1. A criação de um Grupo de Trabalho Nacional, criado pela Direção Nacional da JPT, para discutir com o conjunto de militantes e tendências do partido o melhor formato para aliar a disputa de idéias e da formulação política com a disputa eleitoral;
2. Este grupo deve apresentar uma proposta do formato de renovação da direção, reconhecendo na discussão as experiências de democracia direta do PT, a ser submetida ao Conselho Político Nacional da JPT, composto pelos secretários(as) estaduais e a Direção Nacional da JPT.

• • •





## 10. RESOLUÇÃO SOBRE POLÍTICA FINANCEIRA

Sobre nossa política de autonomia e financiamento, o II CONJPT aponta que deve ser definida no regimento interno da JPT a existência de rubrica específica do fundo partidário para a Juventude do PT. Esta deverá ser de no mínimo 5% do orçamento geral do PT em todos os níveis e que poderá ser ajustado para mais, dependendo da proposta orçamentária anual da JPT e da aprovação do Diretório Nacional do PT, das Direções Estaduais e das Direções Municipais respectivamente.

Esse perceptual deve estar vinculado a um plano de trabalho definido no início de cada gestão em cada um de seus níveis - Nacional, Estaduais e Municipais em seus fóruns específicos. Nele devem estar contidos tanto a previsão de atividades e eventos, como também os recursos de uso contínuo (comunicação, formação, liberação de dirigentes, passagens e confecção de materiais), despesas de custeio e investimento.

Além deste fundo, a JPT têm autonomia para organizar campanhas de financiamento que podem utilizar inúmeras metodologias: rifas, venda de materiais (broches, camisas, adesivos, bandeiras, jornais, livretes, etc.). pedágios, contribuição militante, entre outros.

• • •



## 11. RESOLUÇÃO DA JUVENTUDE DE LÉSBICAS, GAYS, BISSEXUAIS, TRAVESTIS E TRANSEXUAIS DO PT

A população de lésbicas, gays, bissexuais, travestis e transexuais (LGBT) vive um processo de invisibilidade social e política, que aprofunda suas vulnerabilidades e deixa um vazio no aspecto do direito e das políticas públicas.

A homofobia, lesbofobia e transfobia institucionais são fortalecidos pelo padrão heteronormativo, machista e racista, que violenta compulsoriamente todas as orientações sexuais, negando direitos básicos de inclusão e permanência na educação, na integralidade da saúde e na qualidade de vida, bem como ao acesso a programas sociais.

A vitória no Supremo Tribunal Federal quanto à extensão do direito (heterossexual) a celebração de casamento civil entre pessoas do mesmo sexo, possibilitou a conquista de alguns direitos, contudo para fazer valer este direito adquirido é necessário o preparo para o atendimento adequado bem como a garantia do princípio de laicidade do Estado.

O processo de invisibilidade esconde do governo e da sociedade o verdadeiro caráter das violências homofóbicas. Dentre elas, citamos a violência contra jovens lésbicas e mulheres bissexuais, que sofrem de maneira bárbara com os estupros corretivos, bem como as jovens travestis e transexuais que ao serem excluídas do processo educacional e do campo de trabalho, perdem o direito a dignidade humana e a possibilidade de uma vida sem violência.

Ainda neste campo, no Brasil as/os LGBT são duramente assassinados, sendo campeões em crimes de ódio contra pessoas LGBT em comparação a outros países do mundo. Um dos crimes mais emblemáticos aconteceu no ano de 2010, quando um jovem de 14 anos, Alexandre Ivo, foi sequestrado, torturado durante quase 4 horas e assassinado no município de São Gonçalo, Rio de Janeiro, por motivo de ódio homofóbico.

Somos todas e todos Alexandre Ivo e neste sentido, o 2º Congresso da Juventude do PT assume que temos o desafio de no próximo período articular, especialmente junto à bancada de parlamentares do PT e da base aliada do nosso Governo Federal, de maneira prioritária, a criminalização da homofobia (PLC 122/06 - Lei Alexandre Ivo).

Também compreendemos que a superação do ódio homofóbico exige estratégias que passam desde a formação de cada cidadã e cidadão, em cada escola e espaço educacional, para isso um conjunto de materiais educativos para formação de 6 mil coordenadores pedagógicos de 6 mil escolas públicas foi elaborado em 2010, no seu



processo de liberação, setores fundamentalistas religiosos, articularam a sua suspensão.

Por entender a importância do combate ao preconceito as diferentes orientações sexuais e identidades de gênero, nós jovens petistas exigimos a liberação imediata do material educativo Escola Sem Homofobia.

Além destas pautas externas, internamente a Secretaria Nacional da Juventude do PT precisa a partir do seu 2º Congresso compreender a centralidade da organização dos jovens LGBT para dentro do Partido. Compreendemos que para potencializar a organização é necessário ter o acúmulo formativo e para isso propomos que seja realizado o I Seminário da Juventude LGBT do PT.

Somente com a formação e empoderamento desses jovens conseguiremos dar passos adiante e colocar a JPT como um instrumento da superação da violência homofóbica no nosso país.

• • •



## 12. MUNICIPALIZAÇÃO DA JPT: FORTALECER A ORGANIZAÇÃO DE BASE

Entendemos que a consolidação da JPT como instância da organização partidária passa necessariamente pelo fortalecimento das instâncias municipais. É na cidade que o jovem constrói relações e vínculos de amizade, trabalha, estuda, passeia, vota, enfim, estabelece sua vida. Os municípios são as instâncias mais próximas da militância.

Assim, será preciso municipalizar a JPT, não apenas na construção numérica de secretarias e núcleos nos municípios, mas no fortalecimento e instrumentalização das ações cotidianas dos jovens que se organizam no PT com aqueles que se identificam com o nosso partido.

Para isso propomos:

- Realização da I Plenária Nacional de Direções Municipais da JPT, envolvendo os secretários municipais da JPT, para aprofundar o debate sobre os dilemas organizacionais e *planejar a intervenção da JPT nos próximos dois anos*.
- Efetivação do Sistema Nacional da JPT – SIJUV, integrado ao SISFIL, como instrumento de fortalecimento da rede organizacional da JPT.
- Realização do cadastro nacional das direções municipais da JPT.
- Organizar uma campanha nacional de filiação de jovens com a meta de dobrar o número de filiados jovens até a próxima eleição municipal;

### II Caravana Nacional da JPT

Realização da II Caravana Nacional da JPT, em 2012, potencializando a organização de base da juventude no partido, bem como a atuação dos jovens no processo eleitoral municipal deste ano.

### Formação Política

Um grande passo foi dado no último período, no que diz respeito à Formação no Partido dos Trabalhadores: a constituição de uma Escola Nacional de Formação Política, articulada com o desafio de massificar a formação para o conjunto de militantes e filiados do Partido dos Trabalhadores, uma desafio à altura do seu crescimento numérico.

Entendemos que as pautas da formação política devem conter questões além do conhecimento das opiniões históricas e conjunturais do Partido e seus fundamentos, possibilitando a compreensão do cenário democrático-institucional do país.

Passa a ser necessário, portanto, inserir-se no processo geral de formação do partido, auxiliando na construção geral da política de formação, bem como estimulando os jovens a atuarem como multiplicadores e capacitadores. Também é importante pensar a possibilidade de materiais, conteúdos e cursos específicos, voltados para os jovens filiados e militantes.



Portanto, o II Congresso da JPT aprova:

1. Aprofundamento da formação política e o impacto das formulações e resoluções da juventude do partido nas publicações partidárias, via fortalecimento da presença nas edições do jornal Movimento, da revista Teoria & Debate e nas demais publicações da Fundação Perseu Abramo.
2. Construção de uma agenda de formação que dialogue com três setores: Novos filiados, filiados que nunca tiveram experiência de formação política, e formadores Jovens.
3. A JPT deve estimular as direções estaduais e municipais a realizarem suas próprias atividades em sintonia com uma Política Nacional de Formação da JPT.
4. A JPT deve implementar um programa de formação que estabeleça metas massivas e ambiciosas para cursos de formação municipais até 2014.

#### **Organizar as lutas da juventude: fortalecimento dos setoriais e das frentes de massa da JPT**

O PT é o partido que tem a atuação nacional mais consolidada e diversificada. O número de petistas nos diversos movimentos é enorme. Nos movimentos juvenis, a mesma lógica prevalece. É preciso aproximar os movimentos juvenis dos espaços do partido. Para isso, é fundamental *a construção de canais de diálogo e construção comum nas lutas cotidianas.*

Neste sentido, o II Congresso da JPT aprova:

1. Promover uma esfera de diálogo interno valorizando o livre e participativo debate sobre temas contemporâneos fundamentais do Brasil e da juventude, como as drogas, o meio ambiente, a democratização dos meios de comunicação, o serviço militar, o aborto, a diversidade sexual, a liberdade, o socialismo do século XXI;
2. Garantir também que haja dentro da JPT um espaço dinâmico de articulação da pauta feminista, anti-racista e anti-homofóbica, valorizando e estimulando a auto-organização desses setores dentro da juventude, de modo que impulsionem a formulação sobre essas temáticas no interior da JPT e na relação com os movimentos sociais;
3. Desenvolver a participação dos jovens petistas no interior dos setoriais, para criar condições cada vez mais consistentes para o pensamento e formulação sobre todos os temas e soluções para o futuro do país;
4. Criar espaços de acúmulo da juventude do PT com presença dos movimentos sociais e movimentos juvenis através de fóruns livres, festivais de juventude e outros, com o intuito de auxiliar a JPT na tomada de decisão sobre temas polêmicos e que deverão ser organizados de forma a valorizar o debate de idéias entre as correntes da Juventude do PT;



5. Transformar o Seminário de Meio Ambiente, o Seminário de Mulheres Jovens do PT, o Encontro Nacional da Juventude Trabalhadora do PT e o Seminário da Juventude Negra e LGBT em atividades permanentes.
6. Criação da coordenação de sindicalismo juvenil da JPT, pelo apelo que a pauta tem, pela nossa tradição cutista, pela renovação dos quadros sindicais, pelo crescimento da agenda pelo trabalho decente, entre outras.
7. Criação da coordenação estudantil da JPT com a responsabilidade de realizar anualmente e antes das eleições um Encontro Nacional de Estudantes Petistas que crie transversalmente políticas de diálogo entre a Universidade e a juventude brasileira, bem como atualizar a leitura da Educação da JPT.

#### **JPT internacionalista**

A Juventude do PT deve se somar às mobilizações e articulações anticapitalistas em sua atuação internacional. A reorganização do coletivo nacional de relações internacionais da Juventude do PT deve colaborar na integração política do PT com os movimentos juvenis e partidos de esquerda e progressistas de todo o mundo - notadamente da América Latina e do Foro de São Paulo. Devemos continuar participando como convidados das atividades das organizações internacionais de juventudes políticas de esquerda e progressistas, como a YUSI e a FMJD.

#### **Políticas Públicas de Juventude**

O Brasil está avançando muito no debate em torno das políticas públicas de juventude e a JPT é protagonista desde processo, seja pela sua formulação e debate sobre o papel dos jovens no desenvolvimento no nacional, seja pela atual condição dirigente que a juventude petista apresenta nos espaços institucionais que envolvem este segmento populacional.

Ainda assim, é preciso reafirmar as formulações da Juventude do PT sobre a dimensão estratégica da juventude no projeto petista de desenvolvimento nacional, pelo que representa o segmento na disputa política da sociedade.

Portanto, o II Congresso da JPT aprova:

1. Fortalecimento dos órgãos institucionais de juventude nos estados e municípios, principalmente nas gestões em que o PT participa;
2. Fortalecer a atuação dos petistas e sua intervenção no Conselho Nacional de Juventude e na Rede Nacional de Conselhos de Juventude;
3. Potencializar fóruns internos de debates e sínteses sobre experiências em PPJs e de organização, mobilização e diálogo político social com gestores, lideranças de movimentos juvenis, conselheiros de juventude, ciberativistas, intelectuais e parlamentares jovens e com trabalho para a juventude;



4. Realização da III Oficina de Políticas Públicas de Juventude da JPT, bem como estimular a realização de atividades que debatam e formulem sobre PPJ's nos estados e municípios;
5. Criação, junto à Fundação Perseu Abramo, de uma publicação sobre a atuação da JPT no âmbito das políticas públicas de juventude, ressaltando experiências de gestões municipais e estaduais, bem como o acúmulo nacional.

### **Comunicação**

Os meios de comunicação são fundamentais para que a organização, as pautas e as opiniões da JPT cheguem à maior parte de nossa base social e, portanto, avance em toda sociedade. No momento em que vivemos e a popularização das formas de comunicação, a JPT não pode abrir mão dessa ferramenta de construção partidária. Essa política ganha ainda mais importância se percebermos os ataques que a grande mídia faz à esquerda e ao PT. Por isso, a JPT deve ter como prioridade construir uma política de comunicação ampla e que diversifique os meios e as linguagens.

Assim, o II Congresso da JPT aprova:

1. A criação de uma plataforma digital livre (software sem proprietário) própria da JPT, que garanta a autonomia política e referencie a JPT como organização política partidária juvenil para o país e para o mundo.
2. A profissionalização da manutenção e integração do portal JPT com as redes sociais e a criação de uma blogosfera, integrando um conjunto de blogs da Juventude Petista e os portais dos estados e municípios.
3. A construção de inserções de rádio e TV sobre juventude nos programas do PT, com a identidade da JPT e diálogo direto com os jovens brasileiros.

### **Núcleos e Trabalho de base**

O trabalho de base de uma organização como a JPT deve ser capaz de se integrar às novas lutas, marchas e redes em que a juventude está atuando.

Para ser capaz de realizar um trabalho de base com esta orientação, a JPT deve organizar os núcleos da JPT, conforme expressos na resolução do I ConJPT e participar de outros espaços de organização popular e comunitária.

Para isso os núcleos devem articular ação direta, integração e formação política. Por ação direta compreendemos a organização de nossa atuação nos locais de militância, desde o debate sobre a política e a melhor tática de atuação coletiva até a distribuição de panfletos, colagem de cartazes, comícios relâmpagos, abaixo-assinados, manifestações, abordagem nas ruas. Por integração compreendemos atividades culturais, como festas, rodas de viola, saraus, peças teatrais, recitais de poesias, mostras de grafite, pinturas e artes plásticas, oficinas variadas, exibição de filmes,



campeonatos esportivos, gincanas, etc. Por formação política compreendemos leitura de textos, bate-papos sobre assuntos específicos, depoimentos de militantes históricos, realização de cursos, seminários e colóquios, organização de bibliotecas e videotecas, etc.

#### **Campanhas e jornadas de lutas**

A realização das campanhas da JPT são fundamentais para mobilizar a juventude petista em torno de pautas de reivindicação estratégicas para a luta social no país e o aprofundamento das mudanças em curso. Elas ajudam a mostrar a JPT para a sociedade e permitem apresentar nossas posições para um número muito mais expressivo de jovens brasileiros.

Assim, o II Congresso da JPT aprova:

1. Construir jornadas de lutas em parceria com os movimentos sociais e organizações juvenis, além de orientar a militância a participar e se integrar nas mobilizações dos movimentos por reivindicações que representem nossas reivindicações históricas e atuais;
2. Realizar campanhas públicas, tendo como mote os Direitos da Juventude, com grande capilaridade no conjunto da militância petista, articulando atividades locais com grandes mobilizações nacionais. Essas campanhas devem se utilizar de material impresso, mas também chamadas na TV e no rádio, bem como uma ampla mobilização nas mídias e redes digitais;
3. Fortalecer as campanhas municipais do Voto aos 16, que acontecerão a cada dois anos e serão conduzidas pelas direções municipais.

#### **Sobre o tamanho da direção nacional da JPT**

O tamanho da Direção Nacional da JPT será de 30 membros, além do secretário (a), que é eleito(a) com voto separado.

A Direção Nacional da JPT será composta por uma Executiva Nacional de 12 membros, além do secretário(a), que é eleito(a) com voto separado.

A composição das instâncias será definida pela proporção das chapas.

#### **A juventude e as eleições 2012**

Com 32% de preferência nacional nas pesquisas, identificado com as realizações dos governos Lula e Dilma, o PT prepara-se para as eleições de 2012 com o objetivo de consolidar seu crescimento nacional e de ampliar a base política de apoio ao Projeto político do Partido no Governo Federal.





Em 2012 a Juventude do PT precisa ter o processo eleitoral como central não apenas por que hoje somos 52 milhões de jovens. Devemos ter esta eleição como central na perspectiva de transição de uma nova concepção de política de Estado e de Partido.

O primeiro ano de governo da Presidenta Dilma deixa claro a correlação de forças que ainda existe dentro do Estado Brasileiro e da Sociedade.

Prova viva disso é a Reforma Política que não consegue ser aprovada, o PNDH-3 que não saiu do papel, a reforma agrária que anda a passos lentos e a regulamentação da mídia que, sufocada pela grande imprensa, se vê engavetada.

Só com uma política estratégica que consiga aliar formação de quadros com disputa de posições dentro do Estado Brasileiro será possível aprovar tais reformas.

A ofensiva do projeto neoliberal já demonstra sinais de que em 2012 a direita deverá intensificar seus ataques ao projeto do Campo Democrático Popular.

Dessa forma o fortalecimento do PT nas eleições de 2012 é pauta central. Para dar conta disso, é fundamental que o PT invista em candidatos jovens às câmaras municipais e prefeituras em 2012, pois só o investimento em novas lideranças reoxigenará a capacidade do partido em governar milhares de pequenas e médias cidades Brasil afora, ampliando o leque de dirigentes, parlamentares e gestores municipais de juventude e contribuindo para que a transição geracional além de etária seja de concepção na busca pelo aprofundamento de nosso Modelo Petista de Governar.

Há uma necessidade em a JPT se destacar nesse processo eleitoral como protagonista de bandeiras que busquem a sustentação política de nosso projeto democrático-popular em todos os níveis. Dessa forma a JPT precisa intervir a fim de garantir a disputa de uma sociedade socialista e livre tanto durante a campanha como em seus mandatos.

Por todas as questões relacionadas, não tem mais como a juventude passar invisível nos debates, reuniões e encontros que o PT organiza com os diretórios municipais e zonais, além de prefeitos e vereadores para planejar sua participação nas eleições de 2012.

É tarefa da JPT promover um amplo processo de mobilização junto a juventude no sentido de: fomentar, articular e garantir candidaturas jovens viáveis em todos os níveis; estimular o voto aos 16; realizar uma campanha de filiação de jovens; apresentar uma plataforma de políticas de juventude aos candidatos nos municípios. Esses processos de mobilização devem ter metas de atividades em todas as regiões do Brasil (debates, panfletagens, intervenções artísticas), dias unificados de mobilização e combinados com uma ampla divulgação pelas redes sociais, internet, rádio, programa partidário de TV e outros meios de comunicação disponíveis.



A partir disso, apresentamos como proposta que a JPT saia do seu II Congresso com uma campanha nacional já engatilhada, trabalhando os temas acima dentro de um mote geral que represente a luta da JPT pelos direitos da juventude. Essa campanha terá três objetivos: mobilizar nossa juventude nas secretarias municipais, propagandear nossa pauta de PPJ's para a sociedade brasileira, e pressionar os candidatos para que inclua esses pontos em suas plataformas eleitorais.

Por fim, defendemos que se transforme em uma prática contínua as campanhas periódicas próximas do período eleitoral, pelo voto aos 16 e pela filiação ao Partido dos Trabalhadores, a partir de uma identidade com nosso projeto político partidário.

• • •



## 13. MOÇÃO DE APOIO À GREVE GERAL DA USP

Fora PM da USP! Em defesa da Autonomia Universitária!

No dia 8 de novembro de 2011 ocorreu na USP (Universidade de São Paulo) uma assembléia tão cheia como há muito não se via. Essa assembléia, com mais de 3 mil estudantes decidiu pela greve geral na USP e exigiu o fim do convenio com a Polícia Militar (PM) e a não punição aos 73 estudantes presos. Os estudantes estavam mobilizados pelo sentimento de repudio à ação da PM, comandada pelo governador Geraldo Alckmin a pedido do reitor Rodas, que montou uma verdadeira operação de guerra, com centenas de homens do batalhão de choque, viaturas, helicópteros, que além de prender os estudantes cercou durante 3 horas o CRUSP (moradia estudantil) para evitar que os estudantes saíssem para defender seus colegas presos.

A mídia, comprometida com a elite, o governo Alckmin, Rodas e seu projeto para a sociedade tem feito de tudo para jogar a opinião publica contra os estudantes, tentando reduzir o debate, ignorando que a mobilização, independente de como começou se tornou uma mobilização intransigente em defesa da autonomia universitária que os estudantes tentam preservar, para que possamos ter universidades a serviço do desenvolvimento da nação, e não a serviço do governo de plantão e seus interesses.

A greve geral decretada pelos estudantes da USP é o melhor caminho para essa defesa, para exigir o fim da PM no campus e a não punição aos estudantes. A JPT no seu 2º Congresso está solidária a essa mobilização! Até a vitória! Fora PM do Campus, defesa da autonomia universitária!

• • •



## **14. MOÇÃO AO MINISTRO HADDAD PELA READMISSÃO DO SINDICALISTA MANOELZINHO!**

O 2º Congresso da Juventude do PT através de seus delegados eleitos em todo o país se dirige ao Ministro da Educação Fernando Haddad para exigir a anulação da demissão do companheiro Manoel Antônio Rodrigues (Manoelzinho), servidor do quadro efetivo do Fundo Nacional de Desenvolvimento da Educação (FNDE) e diretor do SINDSEP-DF.

A demissão do companheiro Manoel representa um forte ataque ao direito de greve dos trabalhadores, que nós do Partido dos Trabalhadores e que o Ministro faz parte, não podemos aceitar.

• • •



## 15. MOÇÃO HAITI

O Haiti precisa de engenheiros e médicos, não soldados. O ministro da Defesa, Celso Amorim, diz que *“é hora de discutir uma saída organizada. Não sei se em agosto, dezembro, janeiro, não é o que importa”*. Mas já são mais de 7 anos de ocupação sem resolver nenhum problema. Para combater miséria, epidemia e super exploração do trabalho, a soberania é o único caminho!

A JPT é incondicional na luta pela autodeterminação dos povos. Contra as invasões e agressões aos povos em qualquer país do mundo. A JPT entende que o governo da Presidenta Dilma deve apresentar um plano de retirada imediata das tropas do Haiti, garantindo o direito a paz e a soberania ao povo haitiano.

• • •



## 16. MOÇÃO DE REPUDIO AO GOVERNO DEMO-TUCANO DE SP

Há quase 18 anos, a cidade de Diadema na grande São Paulo garante a integração dos ônibus municipais, intermunicipais e trólebus, mantendo um convênio que é renovado anualmente.

Este convênio facilita o acesso dos usuários às outras cidades, e diminui o custo financeiro das passagens, não pesando no orçamento mensal das mais de 100 mil pessoas que utilizam diariamente esse sistema integrado de transporte.

No mês de outubro a EMTU (Empresa Metropolitana de Transporte Urbano), administrada pelo governo PSDB, na figura do seu presidente Joaquim Lopes, covardemente e sem nenhum compromisso com o trabalhador, deixou de renovar o convenio com a cidade de Diadema, e a partir do dia 4 de janeiro de 2012 irá cobrar a tarifa, prejudicando diretamente a classe trabalhadora.

Frente a tal atitude manifestamos nosso profundo repúdio ao Governo Estadual de São Paulo, em especial ao Governador Geraldo Alckmin e ao Secretario de Transportes, Jurandir Fernandes.

Neste momento se articula um grande movimento, que reúne sindicatos, movimento de moradia e partidos aliados para um grande ato no dia 22 de novembro na cidade de Diadema, e a Juventude do Partido dos Trabalhadores não pode ficar de fora dessa luta.

**NÃO AO FIM DA INTEGRAÇÃO!**

• • •



## 17. MOÇÃO SOBRE A COMISSÃO DA VERDADE

No último dia 26 de Outubro, o Senado Federal aprovou o PL 7.376/10, agora designado Projeto de Lei Complementar 88/11, que institui a Comissão Nacional da Verdade. Na mesma semana, o Uruguai revogou a lei que anistiava militares envolvidos em crimes contra a humanidade durante a ditadura e a Argentina condenou Alfredo Astiz, o "Anjo da Morte", à prisão perpétua por crimes cometidos na maior prisão clandestina da ditadura no país.

A Comissão da Verdade tem como objetivo principal buscar esclarecer os casos de torturas, mortes, desaparecimentos e ocultação de cadáveres e suas autorias durante a ditadura militar. O colegiado será composto por sete membros, que poderá solicitar documentos, convocar depoimentos, determinar a realização de perícias e diligências em busca de informações e documentos.

Mas a aprovação do PLC, distanciando-se dos movimentos realizados pelos países vizinhos, ocorreu sem as alterações necessárias que os representantes de associações de ex-presos políticos, grupos de familiares das vítimas da ditadura militar e grupos de direitos humanos apontavam como fundamentais para o pleno funcionamento da Comissão.

O texto do projeto confere poderes diminutos à Comissão, fixando um pequeno número de integrantes e negando-lhe orçamento próprio, além de permitir que militares e integrantes de órgãos de segurança sejam designados membros da Comissão.

Os resultados dos trabalhos da Comissão, que tem dois anos para apurar os fatos, estão comprometidos, pois o texto do projeto também não obriga a divulgação pública de seu relatório final, chegando a afirmar em seu artigo 5º que ela poderá manter sigilo caso julgue necessário para "resguardar a intimidade, vida privada, honra ou imagem das pessoas".

Este projeto de lei, que será sancionado no próximo dia 18 de novembro pela Presidenta Dilma, terá dificuldades de atender aos anseios do povo brasileiro de conhecer a verdade de sua história e punir os responsáveis pelos crimes, desaparecimentos, torturas e mortes cometidas pelo Estado brasileiro quando comandado pela Ditadura Militar.

Por esta razão, a juventude do Partido dos Trabalhadores, reunida em seu 2º Congresso Nacional, reafirma a importância da abertura dos arquivos da Ditadura Militar como condição fundamental para que os fatos possam ser devidamente apurados e os crimes punidos. Queremos uma Comissão da Verdade legítima, capaz de concluir apuração das graves violações e crimes, suas circunstâncias e autores, com especial foco nos casos de desaparecimentos forçados ocorridos durante a ditadura, visando o julgamento e condenação de quem violou os direitos humanos no passado.

## 18. MOÇÃO SOBRE A COPA DO MUNDO 2014

Faltam pouco menos de três anos para a abertura da Copa do Mundo 2014, que será sediada pelo Brasil. A grande imprensa nos farta diariamente com as mais diferentes manchetes: atraso nas obras dos estádios e de infraestrutura urbana, aeroportos sem capacidade de suportar a demanda, falta de transparência na utilização dos recursos, Ricardo Teixeira e seus incontáveis escândalos, queda de braço entre governo federal e Fifa.

O objetivo da maior parte cobertura jornalística é desgastar o governo federal e fortalecer a oposição. Mas o fato é que realmente existe uma série de problemas na construção do evento a serem enfrentados.

Trabalhadores das diversas categorias profissionais, que se esforçam dia após dia para que tudo realmente aconteça, vivenciam a precarização do trabalho. Em um ambiente dominado por terceirizações, quarteirizações, pouco respeito às leis trabalhistas e que dificulta a livre organização sindical, cada grito de atraso intensifica o ritmo de produção, força a realização de jornadas noturnas, duplas e muitas vezes em condições de trabalho fora das regras estabelecidas pela legislação brasileira, aumentando na ponta a pressão sobre o lado mais fraco dessa corda.

O contraste entre o montante gasto com as arenas, incluindo parte de empréstimos públicos, e as condições de trabalho, salário e direitos dos trabalhadores é de afrontar qualquer sentimento patriótico ou de paixão pelo futebol. É sintomático que, das nove câmaras temáticas criadas pelo governo federal para acompanhar o desenvolvimento da Copa do Mundo nos estados (entre elas Segurança, Sustentabilidade, Turismo e Saúde), nenhuma inclua centralmente o tema do trabalho, ainda que ele se faça presente em todo o esforço empreendido para garantir a realização do evento e essa seja uma reivindicação do movimento sindical brasileiro.

Enquanto o governo brasileiro se compromete, como prevê a Lei Geral da Copa, em resguardar os interesses comerciais da Fifa e de seus parceiros, não há previsão de nenhuma obrigação da entidade máxima do futebol e de seus sócios com cláusulas sociais ou códigos de conduta que delimitem a atuação da entidade no país. Na prática, é um contrato em que um lado carrega apenas deveres, e o outro, apenas direitos.

Em resposta aos mais diversos problemas na realização da Copa, há movimentos populares que vêm denunciando as remoções abusivas de moradores para as obras, sem diálogo e sem indenização justa; os idosos, estudantes e professores que exigem a manutenção da meia-entrada e respeito às leis brasileiras; assim como os movimentos de mulheres que já estão chamando a atenção para evitarmos o famigerado turismo sexual no período dos jogos.





A Juventude do PT, reunida em seu 2º Congresso Nacional, se soma às mobilizações e reivindicações pelo respeito às leis trabalhistas e a garantia de condições dignas de trabalho; pelo direito à meia-entrada nos jogos da Copa como prevê a legislação para os demais eventos esportivos no país; pelo fim das remoções abusivas, por indenizações justas aos moradores das áreas de obras; e por um código de conduta para que a Fifa e seus parceiros respeitem a soberania brasileira.

Lutaremos pela unificação dessas lutas, visando garantir que a realização de uma Copa beneficie realmente o país e que deixe um legado social à altura dos investimentos que estão sendo feitos, respeitando os trabalhadores e o povo que tanto ama o futebol.

• • •



## 19. MOÇÃO SOBRE A PASTORAL DA JUVENTUDE

Reunidos em Brasília, nós, participantes do 2º Congresso Nacional da Juventude do Partido dos Trabalhadores saudamos a Pastoral da Juventude pela sua importante contribuição ao debate sobre políticas públicas no país, seja através da sua participação no Conselho Nacional de Juventude (CONJUVE), na construção da 2º Conferência Nacional de Políticas de Juventude e, sobretudo, no fortalecimento das lutas em favor de um Brasil justo, igual, livre, soberano e democrático.

Ressaltamos a importância da ação política desencadeada pela Pastoral da Juventude (PJ), organização de jovens da Igreja Católica inseridos nos movimentos sociais e na luta em defesa da vida, na formulação das políticas para a juventude. Afirmamos o compromisso da Juventude do Partido dos Trabalhadores com a Campanha Nacional contra a violência e o extermínio de jovens, organizada pelas Pastorais da Juventude, destacando o papel desta iniciativa na construção do debate sobre segurança pública e direitos humanos e na denúncia do ainda alto número de jovens mortos no Brasil, em especial jovens negros, pobres e do sexo masculino.

Sabemos que 2012 será um ano importante no fortalecimento da Pastoral da Juventude, pois será realizado, entre os dias 08 e 15 de Janeiro na cidade de Maringá, o seu 10º Encontro Nacional que pretende reunir mais de 600 jovens de todo o país para debater sobre a organização da PJ e sobre o fortalecimento dos seus grupos, ligados às Comunidades Eclesiais de Base. Desejamos que o nosso Partido aprofunde a relação com os movimentos e pastorais sociais na perspectiva de um maior engajamento na luta pela construção de uma sociedade justa e democrática.

• • •



## 20. MOÇÃO SOBRE A PEC 56/11

Tramita no Congresso Nacional uma Proposta de Emenda à Constituição (PEC) nº 56/11, de autoria do Deputado Federal Vicente Cândido (PT/SP). O projeto visa “estabelecer idade mínima para elegibilidade, ingresso nas carreiras, provimento nos cargos ali referidos, além de modificar condições de composição dos Tribunais”. Trata-se, portanto, de aumentar a idade mínima para ingresso nas carreiras da magistratura e do Ministério Público, bem como para os cargos de Presidente, Vice-presidente da República, Senador, Governador e Vice-governador.

Segundo a justificativa da proposta, a questão etária é definidora na “escolha de profissionais experientes para o desempenho de funções essenciais à Justiça”. A idade seria critério para selecionar “os mais qualificados e com vivência dos problemas jurídicos e judiciais, ao longo de anos de experiência”. A elevação do limite etário para elegibilidade, por sua vez, visaria “estabelecer certa simetria com o que se propõe aqui para o Judiciário e o Ministério Público”.

Para a JPT, de fato, experiência vem com vivência. O contato prático e direto com uma dada realidade permite aos sujeitos apreender empiricamente processos técnicos, políticos, ideológicos e históricos de um ângulo peculiar que nem a melhor capacidade de abstração e aprendizado teórico é capaz de proporcionar.

Mas a idade, por si mesma, não garante a vivência em um campo de atividades específicas e, conseqüentemente, não é atestado da experiência de um sujeito em nenhuma matéria em particular. Tempo de vida não é sinônimo de tempo de experiência ou prática profissional. Se for maior a possibilidade de uma pessoa de idade mais velha estar melhor preparada que uma pessoa de idade mais nova para o exercício de uma dada atividade, isso não passa de possibilidade.

A qualificação para o exercício de atividades decisórias importantes no poder Judiciário e Executivo não advém, portanto, da faixa etária do postulante, mas dos atributos concernentes àquela atividade particular. Se a experiência é fundamental no exercício de cargos específicos, é preciso limitar os critérios de escolha ao mérito e à qualificação profissional, não se estendendo à questão etária.

Consideramos, portanto, que esta PEC é sustentada tão somente pelo preconceito geracional, que segue colocando os jovens como sujeitos incapazes e desqualificados e reproduzindo a opressão de uma geração sobre a seguinte, incessante e indefinidamente.

Em um momento ímpar na história do país, no qual o enorme contingente populacional jovem exige novas formas de socialização dos jovens na vida pública para promover uma transição geracional na direção das instituições e instâncias decisórias da sociedade brasileira, Vicente Candido segue na contramão do próprio Partido, que cada vez mais reconhece e promove o potencial dirigente dos jovens.



No manifestamos contrariamente à aprovação desta proposta, exigindo que a bancada petista no Congresso Nacional não a apóie. Reivindicamos que Secretaria Nacional de Juventude do Governo Federal articule uma ampla frente em oposição a esta PEC e a favor da formulação de uma contra-proposta que estipule justamente o oposto: reduzir a idade mínima para elegibilidade, ingresso nas carreiras do magistério e provimento nos cargos do judiciário.

• • •



## 21. MOÇÃO SOBRE O PLS 518/2009

No dia 21 de setembro de 2011, a Comissão de Ciência, Tecnologia, Inovação, Comunicação e Informática do Senado Federal, aprovou parecer favorável ao texto do Projeto de Lei do Senado 518/2009, de autoria do senador Cristovão Buarque. Este PLS trata da transferência de competência do ensino superior do MEC para o Ministério de Ciência e Tecnologia.

O Senador Cristovão Buarque alega que o MEC atua como um Ministério do Ensino Superior, pois não consegue dar conta do ensino básico, e oferece como solução a criação do Ministério da Educação de Base, que passaria a ter competência exclusivamente sobre o ensino fundamental e médio, educação de jovens e adultos, educação profissional, especial e a distância. Ficando a educação superior a cargo do Ministério de Ciência e Tecnologia.

Nós, jovens petistas presentes no 2º Congresso Nacional da Juventude do Partido dos Trabalhadores, somos contrários ao projeto apresentado, pois ele caminha na contramão da concepção sistêmica de educação. Defendemos a educação pública, gratuita e de qualidade, e um sistema nacional de educação que tenha todos os seus níveis agregados, de maneira complementar e pedagogicamente articulado.

Não podemos admitir o retrocesso que significa a divisão da administração federal da educação, pois isso representa uma visão educacional desagregadora, a mesma que foi predominante durante a década de 90 e culminou com o sucateamento das instituições públicas de ensino superior.

A Constituição Federal e a Lei de Diretrizes e Bases da Educação definem as competências dos entes federados com cada nível de ensino, sendo a União responsável pelo ensino superior e técnico, mas tendo a obrigação de colaborar com os Estados e Municípios, investindo mais em educação básica. Estes investimentos – que precisam ser ampliados e maximizados para 10% do PIB e mais 50% do Fundo Social do Pré-Sal, somados às políticas de gestão a serem definidas no Plano Nacional de Educação – sobrepõem o argumento de que é com a criação de outro ministério que os recursos para a educação serão melhor implementados.

Não podemos admitir a divisão de níveis de educação em diferentes ministérios, sob pena de opor um nível em detrimento do outro. Precisamos garantir a universalização da educação, com o ensino básico articulado com o ensino superior, sendo amplos, públicos e com qualidade.

• • •



## 22. MOÇÃO DE APOIO A CAMPANHA CONTRA A VIOLÊNCIA E O EXTERMÍNIO DE JOVENS

“Os jovens latino-americanos entre 15 e 24 anos são os que mais correm riscos, em todo o mundo, de serem assassinados”. O Brasil, atrás de Colômbia e Venezuela, é o 3º país com mais assassinatos de jovens no mundo. Isso se deve a uma taxa de 51,7 homicídios para cada 100 mil jovens. Taxa essa que entre 1994 e 2004 cresceu a um ritmo maior que o número de assassinatos entre a população total.

Outra informação no relatório da ONU (2006) a esse respeito revela o caráter histórico da perversidade: em cada grupo de dez jovens de 15 a 18 anos assassinados no Brasil, sete são negros. Paralelo a isso se constata que mais de uma em cada cinco pessoas da população jovem não estudam nem trabalham. A situação é urgente, chegou ao limite.

Segundo relatório feito pelo RITLA, morrem por dia, em média, 54 jovens vítimas de homicídio no Brasil e ainda vale lembrar que um estudo inédito divulgado pela Secretaria Especial de Direitos Humanos estima que 33.504 adolescentes brasileiros serão assassinados em um período de sete anos, que vai de 2006 a 2013.

Neste contexto o 2º Congresso da Juventude do Partido dos Trabalhadores, vem se manifestar em apoio à campanha realizada pelas pastorais da juventude do Brasil que denuncia o extermínio da juventude brasileira. Neste sentido a JPT apoia a campanha “Contra a violência e o extermínio de jovens”

• • •



## 23. MOÇÃO DE APOIO À MINISTRA IRINY LOPES

Ao longo da história, a sociedade brasileira, por meio dos movimentos sociais que tratam sobre a questão de gênero, vem acumulando elementos na perspectiva da superação de uma sociedade sexista que padroniza a mulher como objeto e, dessa forma, passível de ser apropriada e mercantilizada.

Com o advento da criação da Secretaria Especial de Políticas para Mulheres no Governo Lula, em 2003, constatou-se a preocupação do governo petista em discutir a questão de gênero nos diversos espaços da sociedade brasileira.

No entanto, mesmo com a criação e o aprofundamento do debate das políticas públicas para as mulheres, ainda existe uma grande disseminação do machismo pela mídia, haja visto o caso da propaganda da HOPE, que mostra claramente a posição sexista que mercantiliza o corpo da mulher.

Os diversos meios de comunicação de massa desconstruíram o debate elaborado pela atual Ministra Iriny Lopes, quando ela se manifestou em favor das mulheres brasileiras que reivindicaram a retirada da propaganda veiculada em rede nacional. Como motivo para a retirada da propaganda de circulação, várias mulheres em suas manifestações citaram a falta de respeito à dignidade da pessoa humana, princípio basilar da constituição Federal.

Após a demonstração da companheira Iriny favorável às mulheres brasileiras, a mídia, de forma desrespeitosa, ofensiva e rasteira, usou de métodos conservadores, preconceituosos e despolitizados, reafirmando o patriarcado e a negação da mulher enquanto sujeito de direitos.

Diante do exposto, a Juventude do PT vem apresentar em seu 2º Congresso Nacional, total apoio ao posicionamento da Ministra Iriny Lopes por entender que esta postura contribui para a construção de uma sociedade justa, igualitária e sem preconceitos, concomitante, repudiar a postura de quaisquer práticas que venham a reproduzir o machismo.

• • •



## 24. OÇÃO DE APOIO A IMPLANTAÇÃO DO CAMPUS DA UNIFESSPA EM PARAUAPEBAS

Reunidos em Brasília no 2º Congresso Nacional da Juventude do Partido dos Trabalhadores, os jovens petistas manifestam seu apoio à implantação do campus da UNIFESSPA (Universidade Federal do Sul e Sudeste do Pará) em Parauapebas-PA.

O governo federal vai construir em Parauapebas, o IFPA (Instituto Federal do Pará – antigo CEFET – Centro Federal de Educação tecnológica), ou seja, a juventude do Sul e Sudeste do Pará ainda permanece carente de uma opção de ensino superior que promova a educação mais humanística, e que abra horizontes mais amplos de opção de trajetória intelectual aos jovens paraenses.

Parauapebas também é a melhor opção para os estudantes de Canaã dos Carajás, Curionópolis e Eldorado dos Carajás, também municípios impactados pelos empreendimentos mineradores, pois recebe considerável número de estudantes pelas faculdades instaladas no CEUP (Centro Universitário de Parauapebas).

Queremos ter as perspectivas de um futuro melhor e, acima de tudo, contribuir com o futuro de nossa cidade e região como profissionais que construirão uma alternativa à mineração e seus efeitos destruidores para todos nós, e isso só podemos alcançar com o conhecimento de alto nível, tecnologia e pesquisa científica, ou seja, tudo aquilo que uma universidade (a UNIFESSPA) representa e se depender da nossa luta será.

Nessa perspectiva, entendemos que uma das pautas da Juventude do PT é a luta pela universalização da educação superior no nosso País, queremos a reinserção do projeto inicial que previa a implantação do campus da UNIFESSPA em Parauapebas, e repudiamos qualquer tentativa de ação governamental que venha impedir a garantia desse direito ao povo paraense.

• • •





## 25. MOÇÃO DE REPÚDIO ÀS MÚSICAS TOCADAS NO 2º CONGRESSO DA JUVENTUDE DO PT

Após a primeira reforma estatutária, o Partido dos Trabalhadores passou a discutir com mais veemência o combate a todas as formas de opressão que perpassam a sociedade, objetivando disseminar e demarcar o posicionamento ideológico que propõe a superação do capitalismo e das sociedades baseadas em classes estratificadas e, por conseguinte, preconceituosas.

Com isso, visamos construir uma sociedade socialista que é livre de qualquer forma de preconceito e segmentação que oprimem as pessoas.

A JPT, assim como as demais secretarias e setoriais do partido, tem desempenhado papel central nessa discussão, pautando o debate sobre as opressões e colocando em prática todo o acúmulo já discutido.

Nesse sentido, as questões sobre o feminismo devem perpassar todos os momentos de discussões, inclusive, o da promoção cultural quando viabilizada nos espaços de intervenção política, atentando para a não reprodução da opressão de gênero.

Por isso, repudiamos, no 2º Congresso da Juventude do PT, a perpetuação e a disseminação da prática sexista da mercantilização do corpo da mulher e a opressão às mulheres reproduzidas a partir da veiculação de músicas, a qual remeteu e reafirmou a demarcação de espaços e posicionamento enviesados da mulher na sociedade, com refrão repetitivo e imperativo "... fica, fica caladinha".

• • •



## 26. MOÇÃO DE APOIO AO GOVERNADOR AGNELLO QUEIROZ

A Juventude do Partido dos Trabalhadores do Distrito Federal vem a público manifestar solidariedade e apoio ao Companheiro Agnello Queiroz. O Governador do Distrito Federal vem sofrendo ataques oportunistas ao longo do último mês. Ataques caluniosos que não contém nenhuma consistência política. Factóides produzidos em gabinetes de alguns Senadores e Parlamentares a fim de desestabilizar um Governo que vem construindo um Novo Caminho para o Distrito Federal.

Reforçamos aqui total confiança no trabalho que vem sendo desenvolvido pelo Governo do Distrito Federal no comando de Agnello. Vale ressaltar o esforço do governo em construir uma nova relação do Estado com a sociedade civil. Um novo GDF que respeita os cidadãos e que tem trabalhado cotidianamente para garantir um Estado mais transparente e republicano, bem diferente das últimas gestões que ficaram marcadas por escândalos e desvios de verbas públicas comandados pelo DEM e PSDB.

Repudiamos toda tentativa oportunista desses setores que foram amplamente derrotados nas urnas em 2010 e tentam agora construir um 3º turno das eleições no DF. Setores que quando administraram o GDF agiram e compactuaram com os piores métodos da política, coniventes com a corrupção e que não conseguiram terminar seus mandatos porque tiveram grande parte de sua equipe presa por corrupção.

Reafirmamos todo nosso apoio ao companheiro Agnello e total confiança de que o Governo do PT, Democrático e Popular vencerá. Esse é o nosso governo, dos trabalhadores. Estamos mobilizados na defesa da democracia e de um novo caminho para o Distrito Federal.

• • •



## 27. MOÇÃO AO GOVERNO DO MARROCOS

Ficamos indignados ao tomarmos conhecimento da prisão ilegal e sob falsas alegações do ativista estudantil, Mouhammad Ghalout, da Democratic Base Method. Denunciamos que Mauhammad vem sendo violentamente torturado. Mouhammad não pode ser acusado, preso e torturado. Ele apenas lutou e defendeu os direitos de seu povo.

Exigimos sua imediata libertação, bem como a dos demais ativistas políticos presos neste país.

Estamos longe, mas acompanhamos com atenção e entusiasmo a luta dos povos da região e em particular as do povo marroquino. Uma revolução que não encontra fronteiras e que não se deixa dobrar diante da repressão deve ser apoiada por todos os povos do mundo!

Solidarizamo-nos com a União Nacional dos Estudantes de Marrocos e com seu combate para que a juventude marroquina tenha direito a um futuro digno.

O nosso mais profundo respeito e apoio aos ativistas que, assim como nós no Brasil, reivindicam liberdade, democracia política e justiça social.

Fim das torturas e liberdade imediata para Mouhammad Ghalout!

Liberdade a todos os presos políticos em Marrocos!  
Viva a luta dos jovens e trabalhadores de Marrocos!

• • •



## 28. MOÇÃO EM SOLIDARIEDADE AOS PREFEITOS DE GRAVATAÍ E PINHEIRO MACHADO RS

Em 2008, Gravataí, cidade com a quarta economia do Estado do Rio Grande do Sul, com 270 mil habitantes, localizada na região metropolitana de Porto Alegre, afirmou que queria continuar crescendo e com 78 mil votos elegeu em quatro dias a primeira prefeita mulher e o primeiro jovem a vice prefeito para administrarem o município com transparência baseado nos princípios da administração pública. Desde o início do ano o Executivo vinha sofrendo denúncias infundadas, entre elas a má administração da máquina pública, todas sem nenhuma prova. Ao contrário, tudo uma armação realizada por direitosos que por muito tempo administraram o município deixando a cidade sucateada, onde os direitos e garantias eram somente para aqueles que compactuavam com este modelo de governo extremamente anti-social, onde a população Gravataiense sequer era recebida pelos secretários e muito menos pelos prefeitos.

A data 14 de outubro de 2011 ficara na memória daqueles que sofreram com a cassação da prefeita e do vice, por uma votação de 10 x 4 na Câmara de Vereadores representados pelo PV, PMDB, PP, PP, DEM e PTB, financiada pelo empresariado machista Gravataiense que não se contentou ao terem suas tetinhas cortadas, pois como se diz no sul, quando tira teta do bezerro ele berra!

Importante salientar que a população de Gravataí sequer sabia da cassação da prefeita e seu vice, e que seu voto dado em 2008 foi simplesmente colocado no lixo, e que a democracia já não mais impera na cidade, que guardas municipais que foram nomeados para cuidar e preservar o patrimônio público andam armados ate mesmo nas escolas, guardas com cães nas praças para intimidar a manifestação daqueles que não aceitam a situação, assim como qualquer outro tipo de ação contra estes golpistas.

Portanto, a juventude do Partido dos Trabalhadores vem prestar solidariedade a estes companheiros vitimados por este golpe, os quais foram cassados a partir de um decreto insustentável da época da ditadura militar, o que deixa cada vez mais evidente uma armação por aqueles que não conseguem dialogar com o povo, que não possuem militância, que não se preocupam com o social, com o povo e com o crescimento da cidade, mas sim das suas contas bancarias e de seus aliados. Cabe manifestar ainda que é muito triste nos dias de hoje a juventude do nosso Brasil presenciar novamente momentos como da ditadura em alguns municípios, apos um período de lutas e avanços em nosso país.

Queremos prestar solidariedade ao prefeito e vice do município do Pinheiro Machado RS que também foram cassados, num sistema parecido com o de Gravataí.



Juventude do PT, vamos avançar cada vez mais, a fim de inaugurarmos um novo período de transformações, por uma juventude mais autônoma e de luta, pois sabemos que todos aqui querem mais, acreditam na esperança em construir um novo Brasil e colocar fora de ordem todas às injustiças e corrupções que ameaçam o nosso país.

• • •



## **29. MOÇÃO DE REPÚDIO À REPRESSÃO MILITAR CONTRA O MOVIMENTO ESTUDANTIL NA PARAÍBA**

Repudiamos a criminalização dos movimentos sociais e entidades sindicais e estudantis que resistem bravamente na luta pela conquista e pela ampliação dos seus direitos!

Desde que tomou posse o governo da Paraíba optou por reprimir e judicializar os movimentos sociais, impetrando ação nas instancias jurídicas e reprimindo com os aparelhos policiais do Estado as manifestações estudantis. A tropa de choque da Policia Militar da Paraíba atingiu alunos do Instituto de Educação da Paraíba com spray pimenta para acabar com a manifestação dos adolescentes em defesa da nomeação de diretores que foram escolhidos através do voto direto. A pratica foi repetida em outro movimento de contraposição ao reajuste de passagens na capital.

A criminalização dos movimentos sociais é uma afronta à organização de todos os trabalhadores e a sociedade em geral. A atitude do governo demonstra um caráter autoritário, antidemocrático e intransigente, quando não negocia com os movimentos optando pela repressão militar. Lutamos por muitos anos pela democratização do nosso país e por isso conclamamos aos jovens participantes deste congresso a aprovação desta moção como forma de repudio a postura totalitária deste governo. Vamos juntos contra a repressão ao movimento estudantil e a judicialização e criminalização dos movimentos sociais e populares.

• • •



## 30. MOÇÃO DE APOIO A FEDERALIZAÇÃO DA FURB

A luta pelo ensino público e de qualidade no Vale do Itajaí possui mais de cinquenta anos de história, de muito trabalho e de muita luta da população. Nasce em meados da década de 50 com a luta dos estudantes secundaristas e trabalhadores, culminando na criação da Universidade Regional de Blumenau.

Na região, temos um projeto de criação de uma universidade federal, o qual vem sendo construído desde o início dos anos 2000 por meio da criação do Comitê Pro - Federalização da FURB em dezembro de 2002. Nesse período, o comitê realizou um plebiscito em maio de 2008, no qual a comunidade regional e os estudantes, funcionários e professores com mais de 34.300 participantes se manifestaram majoritariamente favoráveis a Federalização da FURB.

Além disso, encontra-se em tramite no Congresso Nacional um Projeto de Lei que propõe a federalização da FURB. Em 2009 a senadora Ideli Salvati (PT) modifica o projeto e propõe a criação da Universidade Federal do Vale do Itajaí (UFVI) e a transferência dos estudantes e do patrimônio e a sedência dos servidores pelo Projeto 7.287. Agora em 2011 os estudantes se organizaram pelas redes sociais pelo Grupo no FACEBOOK chamado SOU PELA FURB FEDERAL, e em duas semanas tinham mais de 30 mil pessoas apoiando a causa.

Desta organização resultou várias mobilizações de rua, na primeira marcha com sete mil pessoas na rua, e na segunda de baixo de muita chuva mais de 10 mil pessoas gritando e lutando pela FEDERAEIZACAO DA FURB.

A FEDERALIZAQAQO DA FURB cria 11 mil vagas diretas para os estudantes universitários de todo Brasil, tendo estrutura para chegar a dois anos a 20 mil novas vagas. A JPT de Blumenau de Santa Catarina, a UCE - União Catarinense dos Estudantes e a UNI - União Brasileira dos Estudantes já estão no apoio a esta luta.

"UM SONHO QUE SE SONHA SÓ, É SO UM SONHO. UM SONHO QUE SE SONHA EM CONJUNTO SE TORNA REALIDADE" VAMOS SONHAR JUNTOS JTP POR MAIS VAGAS NO ENSINO SUPERIOR.

• • •



## 31. MOÇÃO DE REPUDIO AO GOVERNO TUCANO EM MG

O 2º Congresso da Juventude do Partido dos Trabalhadores manifesta seu apoio irrestrito à luta dos Professores da Educação Básica da rede estadual de ensino em Minas Gerais.

Estes trabalhadores estiveram em greve por mais de 100 dias, pela efetivação da lei federal 11.738/08, que regulamenta o piso salarial dos trabalhadores em Educação (PSPN). Por ser também solidária a luta dos grevistas pela valorização dos trabalhadores da educação, manifesta repudio ao Governo do Tucano Antonio Anastasia por negociar com os grevistas, não pagar o piso salarial determinado pela Lei, suspender o pagamento dos salários dos grevistas e ainda ter contratado professores substitutos na tentativa de desmobilizar a luta dos trabalhadores do Estado.

Os profissionais merecem mais respeito e condições dignas de exercerem seus trabalhos! QUEM LUTA EDUCA!

• • •





## 32. MOÇÃO DE APOIO A COMUNIDADE DANDARA

A Ocupação-comunidade Dandara é um espaço territorial localizada no Bairro Céu Azul, Belo Horizonte/MG. Esta comunidade surgiu no dia 09 de abril de 2009 com cerca de 200 famílias e hoje conta com cerca de 1000 famílias.

Desde o primeiro dia de ocupação se tentou construir uma proposta de negociação com a Prefeitura Municipal de Belo Horizonte e com o Governo de Minas, que hoje é conduzido pelo governador Antonio Anastasia. A questão ficou a cargo o poder judiciário que expediu um mandato de despejo da comunidade.

A Ocupação Dandara representa uma solução para milhares de pessoas que moravam em áreas de riscos, em cubículos alugados, na rua e em situação de profunda vulnerabilidade social. No entanto, ao se organizar para reivindicar seus direitos, os moradores estão sendo tratados como problema por aqueles que lucram com as desigualdades e as injustiças.

Por este motivo a Juventude do PT manifesta seu apoio as ocupações urbanas e a toda comunidade Dandara, além de:

- 1) Suspensão imediata da ordem de despejo;
- 2) Que a Prefeitura de BH e o Governo do Estado abram negociações;
- 3) Que a Câmara dos Vereadores de Belo Horizonte vote o projeto de lei que declara o perímetro da Ocupação-comunidade Dandara como uma área de interesse social para fins de moradia para a população de baixa renda, levando, assim, a desapropriação da área pela Prefeitura de Belo Horizonte.

• • •



## 33. MOÇÃO DE APOIO AOS MOVIMENTOS “FORA MICARLA” E “FORA ROSALBA”

A juventude do Partido dos Trabalhadores, reunida em seu 2º Congresso Nacional, manifesta total apoio aos companheiros e companheiras que lutam contra o retrocesso político instalado na Prefeitura Municipal do Natal e no Governo do Estado do Rio Grande do Norte.

A mobilização da juventude potiguar é um exemplo de ousadia para toda a juventude brasileira, seja nos atos de rua, na ocupação da Câmara Municipal do Natal ou na ocupação da 12ª DIREC – Diretoria Regional de Educação.

Lutar contra governos corruptos, autoritários e neoliberais é a única forma de amenizar os impactos do retrocesso político na vida da juventude e da classe trabalhadora. Também é uma forma de reunir lutadores e lutadoras para discutir um projeto alternativo de poder, um projeto alternativo de sociedade.

Saudamos também os jovens petistas que estiveram presentes nos atos e ocupações, pois o grande papel da Juventude Petista sempre foi e será fortalecer as trincheiras dos movimentos sociais, construir a correlação de forças necessária à superação do capitalismo e à vitória do socialismo democrático.

• • •

## 34. MOÇÃO SOBRE A VIDA URBANA, O CÓDIGO FLORESTAL E A SOBERANIA NACIONAL

A maioria dos brasileiros que vivem nas cidades já se habituou ao cumprimento das regras de ordenamento territorial. As rotinas de obras civis são tratadas nas Leis de Parcelamento, Uso e Ocupação do Solo. O cidadão ao construir, precisa se enquadrar ao limite permitido de uso do terreno, a taxa de permeabilização do solo para o escoamento das águas pluviais, altura máxima da edificação, se é permitido o uso comercial na via, etc. Em algumas cidades, construções maiores precisam inclusive da apresentação de um estudo e relatório de impacto ambiental, que deve apontar os impactos na infra-estrutura da região, como o aumento na demanda por saúde, educação, transporte, saneamento e outros serviços de natureza pública que terão de ser equacionados.

Tais limites são definidos com vistas a garantir o desenvolvimento organizado das cidades. Quem não segue as regras é punido com multas, demolições e ainda não consegue o *Habite-se* junto ao governo local, que é o certificado de regularidade do imóvel. Sua falta impede que o(a) proprietário(a) possa vendê-lo por meio do sistema financeiro de habitação, que não financia imóveis irregulares.

Assim como o meio urbano, o meio rural também tem regras a serem cumpridas e o principal instrumento de regulação é o Código Florestal (Lei 4771/65). As principais alterações propostas tratam das áreas de preservação permanente (APP), área protegida nos termos dos artigos. 2º. e 3º. desta Lei, coberta ou não por vegetação nativa, com a função ambiental de preservar os recursos hídricos, a paisagem, a estabilidade geológica, a biodiversidade, o fluxo gênico de fauna e flora, proteger o solo e assegurar o bem-estar das populações humanas e de Reserva Legal (área localizada no interior de uma propriedade ou posse rural, excetuada a de preservação permanente, necessária ao uso sustentável dos recursos naturais, à conservação e reabilitação dos processos ecológicos, à conservação da biodiversidade e ao abrigo e proteção de fauna e flora nativas), as margens dos rios que devem estar preservadas em, no mínimo, 30 metros, as encostas e topos de morro que são alimentadores naturais dos lençóis freáticos. A reserva legal é outro tema polemico, hoje as propriedades na Amazônia devem ter 80% de reserva legal, 35% por cento, na propriedade situada em área de cerrado localizada na Amazônia Legal, e 20% para as demais regiões do Brasil ( Artigo 16).

A proposta aprovada na Câmara dos Deputados – e que será submetida ao Senado Federal – altera radicalmente vários destes dispositivos. Começa com a área preservada das margens de rios, que reduz de 30 para 15 metros. Além disso, propõem anistiar todos desmatadores que infringiram a legislação até 2008. Segue com a proposta de redução da reserva legal a zero em propriedades que possuem até



quatro módulos rurais. Para entender melhor: os módulos são definidos por região e, no caso da Amazônia, cada módulo tem 100 hectares. Ou seja, qualquer propriedade de até 400 hectares estaria isenta de manter a reserva legal. Considerando que cada hectare tem 10.000 metros quadrados, estamos falando em 4.000.000 (quatro milhões) de metros quadrados por propriedade.

Os(as) proprietários(as) dessas terras quando compraram – e se de fato compraram – tem ciência das regras de uso definidos pelo Código Florestal. Na prática, a alteração aprovada na Câmara dos Deputados permite um aumento de 80% no uso destas propriedades na Amazônia, como sabemos, esta região representa 60% do território brasileiro, neste caso em números absolutos, apenas na região amazônica, estamos falando em 48% do nosso território que estará sendo liberado para ser alterado em sua composição natural. Nos demais biomas, segue a proporção por reserva legal definida na atual legislação. Caso seja aprovado o texto como está, o Estado brasileiro perderá um importante instrumento de controle dos nossos recursos naturais, que é fundamental para a manutenção da qualidade de vida de todos os brasileiros e até mesmo do nosso planeta.

O perfil do campo brasileiro mudou bastante nos últimos anos. Vivemos um processo de modernização agrícola bastante intenso. Empresas se estruturaram fortemente. A produção de commodities passou a ter um grande peso na nossa balança comercial. Os bancos públicos investem massivamente neste segmento, muitos pequenos(as) e médios(as) agricultores(as) estão arrendando suas terras para empresas multinacionais. Vivemos um processo ostensivo de ocupação territorial.

O antigo latifúndio improdutivo agora está dando lugar aos interesses da agroindústria multinacional. O Brasil tem um histórico de exportador de materiais primários de baixo valor agregado em vários segmentos da nossa indústria e este mesmo modelo está se reproduzindo no setor agrícola. Nossos produtos saem do Brasil na forma de commodities para serem beneficiados no exterior e, além de levarem nossos recursos naturais, levam também os empregos que poderiam ser gerados aqui mesmo com o beneficiamento desses produtos.

O texto do Código Florestal aprovado na Câmara dos Deputados coloca em debate também a soberania territorial brasileira, consideramos que as regras do direito à propriedade devem estar de acordo com os interesses da nação, precisamos sim estar atentos às legítimas demandas de nossos agricultores familiares que são responsáveis pela maior parte dos alimentos que estão à mesa da nossa população. Todo o progresso da agricultura capitalista é um progresso não apenas da arte de depredar o trabalhador, mas também, ao mesmo tempo, da arte de depredar o solo e a fauna, assim como intensificar as demasiadas desigualdades do campo. A legislação precisa tratar os segmentos de formas diferenciadas. O que não parece compreensível é que se tratem os diferentes de forma igual. Confundir o agronegócio com a agricultura familiar é como colocar a raposa para tomar conta do galinheiro. O texto do código florestal, em seu atual formato, condicionará o estado brasileiro a fiscalizar a aplicação



de uma legislação que não atente os interesses estratégicos de seu povo. Neste momento, torna-se urgente que a sociedade brasileira se mobilize para que o Senado Federal possa corrigir estas imperfeições que são: **anistia aos crimes ambientais, redução e descaracterização das APPs, isenção de reserva legal para imóveis com até 4 módulos fiscais em todo o país, redução da reserva legal na Amazônia em áreas com vegetação, compensação de áreas desmatadas em um Estado por áreas de floresta em outros Estados ou bacias hidrográficas e a moratória de desmatamento de floresta nativa por cinco anos.**

• • •



## 35. MOÇÃO DE APOIO À VICE-GOVERNADORA DO AMAPÁ DORALICE NASCIMENTO

Do Amapá surgiu para o Brasil a proposta efetiva de uma nova forma de governo pautado na auto sustentabilidade ambiental e social, fruto do governo do campo democrático popular entre PT e PSB nos anos de 94 a 2002. Nos últimos 08 anos o Amapá sofreu o ataque ferrenho ao seu desenvolvimento onde os partidos conservadores protagonizaram inúmeros escândalos, estes conhecidos nacionalmente. Em 2010 a aliança em favor do povo foi retomada e teve reconhecida as suas lutas conquistando nas urnas o governo daquele Estado novamente.

O cenário posto no governo atual tem a frente à vice Governadora petista DORALICE NASCIMENTO, sendo seu nome construído democraticamente no Encontro Estadual do Partido dos Trabalhadores do Amapá em 2010. A vitória nas urnas surgiu em um cenário político em que o Estado passava por uma grave crise, onde o governador e secretários foram presos por improbidades administrativas vergonhosas ao povo do Amapá pela Polícia Federal.

Hoje a mídia conservadora que há anos omitiu os desmandos e desgoverno no Amapá tenta construir uma imagem negativa da petista no comando do povo e do governo, uma afronta na verdade ao PT, que decisivamente contribuiu para a retomada do poder pelo povo do Amapá, inaugurando o período de desmoralização a qualquer custo das lideranças petistas do Amapá e na grave continuidade como agente política de retomada de projeto de poder dos grupos conservadores, cuja parte da mídia amapaense está a serviço.

• • •



## **36. MOÇÃO DE REPÚDIO À AMPLIAÇÃO DOS INVESTIMENTOS EM COMUNIDADES TERAPÊUTICAS E À POLÍTICA DE INTERNAÇÃO COMPULSÓRIA DOS USUÁRIOS DO CRACK**

O aumento significativo do consumo de crack em todo país transformou essa questão em um tema sensível e de expressivo destaque nos mais diversos discursos dos representantes do poder público, na grande mídia, na população em geral. Todavia, o avanço do que já é tratado por alguns setores como uma verdadeira epidemia tem se tornado um terreno fértil para o fortalecimento de posições e decisões conservadoras que representam um dos maiores retrocessos ao Movimento da Luta Antimanicomial e a da consolidação de uma rede de ações e serviços substitutivos ao modelo manicomial a exemplo dos CAPS Ad, Consultórios de Rua, Ações de Redução de Danos, dentre outras.

A participação conveniada das Comunidades Terapêuticas no Sistema Único de Saúde, com a eminência de ampliação anunciada pelo Governo Federal na ordem de 20 mil leitos, somada à adoção por parte de alguns governos estaduais de políticas de internação compulsória aos usuários de crack, configuram atualmente a espinha dorsal destas posições conservadoras que avançam ante um silêncio constrangedor que devemos romper.

Nós, delegadas e delegados reunidos no 2º. Congresso Nacional da Juventude do Partido dos Trabalhadores não aceitamos continuar e muito menos ampliar o financiamento de instituições privadas que em grande maioria não são laicas e oferecem uma abordagem moral da questão, que fundamentam suas práticas no princípio do isolamento sistemático em leitos de longa permanência pelos quais abundam denúncias de maus tratos, tortura e não raro, mortes. Igualmente, as políticas de internação compulsória são por nós rechaçadas por simplificarem a complexidade do problema pela via da criminalização dos usuários de crack.

Por isso, repudiamos a ampliação da participação das Comunidades Terapêuticas e as políticas de internação compulsória impostas aos usuários de crack, reafirmando a importância de um maior investimento nos serviços e ações substitutivas para o fortalecimento e permanente construção de uma “Sociedade sem Manicômios”.

• • •



## **37. MOÇÃO DE REPUDIO AO PRESIDENTE DO PARTIDO DEMOCRATAS DO DISTRITO FEDERAL**

A Juventude do Partido dos Trabalhadores repudia com veemência as declarações do Presidente do Partido Democratas, senhor Alberto Fraga que, em seu twitter, se dirigiu de forma torpe e grosseira ao 2º Congresso Nacional da Juventude do PT, desrespeitando o nosso partido, a juventude do nosso partido e todos os jovens que militam politicamente em nosso país.

Em reduzidos caracteres, o político do DEM demonstra o total desrespeito e falta de compromisso deste partido e de seus representantes em relação aos jovens do Brasil.

Ainda assim, não nos surpreendemos mais com o DEM, que prova não ter perdido o vínculo com sua origem oligarca e opressora, verdadeira matriz do autoritarismo, do elitismo, e da intolerância em nossa sociedade.

• • •





## 38. MOÇÃO DE REPÚDIO A HOMOFOBIA

Vivemos numa sociedade com base heteronormativa, machista e falocrática. O machismo é a peça central para a existência das opressões, é urgente que sejam construídas novas relações sociais, com base na autonomia, nos direitos humanos sexuais e reprodutivos e a livre expressão da orientação sexual e identidade de gênero. Para isso é necessário que o Governo Dilma aprove o PL 122/06.

É inadmissível que num partido de esquerda, especialmente em um partido como o PT, que desde sua fundação tem o compromisso histórico de combater a homofobia e que acredita numa sociedade socialista e igualitária, o impedimento a livre expressão de orientação sexual e identidade de gênero.

Por isso repudiamos a atitude homofóbica cometida durante o 2º Congresso da Juventude do PT, onde um casal homoafetivo foi duramente reprimido por dois militantes ao andarem de mãos dadas no pátio do alojamento que sem reação tiveram que correr para não serem agredidos fisicamente. Repudiamos toda atitude de violência e discriminação contra a dignidade humana e a livre orientação sexual de nossa juventude LGBT e reafirmamos o nosso compromisso com o combate a homofobia, lesbofobia, bifobia e transfobia na construção de uma sociedade socialista e igualitária para todas e todos.

• • •



## 39. MOÇÃO EM DEFESA DA SEPPIR

Fruto do acúmulo político constituído no interior do Partido dos Trabalhadores a partir das incorporações das bandeiras históricas do movimento negro brasileiro, a criação da Seppir -Secretaria de Políticas de Promoção da Igualdade Racial da Presidência da República com status de Ministério, materializou como primeiro ato de gestão os compromissos do governo do Presidente Lula com a agenda de combate ao racismo e promoção da igualdade racial.

Passado quase uma década desde a sua criação a Seppir vem se consolidando como espaço estratégico de formulação e promotor das políticas de promoção da igualdade racial em todos os ministérios do governo federal.

Nas últimas semanas a atuação da Seppir vem sendo questionada por veículos de comunicação que também vem propagando uma possível reforma ministerial que apresenta uma junção da Secretaria de Políticas para Mulheres (SPM), Secretaria de Direitos Humanos (SDH) e a Seppir constituindo assim o super ministério dos direitos humanos.

Tal perspectiva confronta os compromissos firmados pela gestão do Partido dos Trabalhadores no governo central iniciada em 2003 e que se reelegeu com grande apoio dos segmentos populares entre eles o movimento negro por duas vezes consecutivas como alternativa ao projeto neoliberal que aprofundou as desigualdades políticas e econômicas que tanto oprimem a população negra de nosso país.

Os recorrentes ataques à capacidade da Seppir de cumprir sua tarefa como organismo promotor junto aos demais ministérios, quanto às diretrizes de promoção da igualdade racial e combate ao racismo do governo federal.

Nós militantes negros e negras da juventude do Partido dos Trabalhadores depositamos nossa confiança na Seppir e somos contrários a qualquer movimento que promova retrocessos do papel do Estado frente as políticas de promoção da igualdade racial.

• • •



## 40. MOÇÃO DE SOLIDARIEDADE À FAMÍLIA DO COMPANHEIRO TEDY PEREIRA

A tarefa de organizar a JPT nos municípios brasileiros é extremamente importante para que o PT continue a liderar o processo de transformação da sociedade brasileira. Em cada município, nós jovens petistas travamos este debate, na luta por solidariedade, justiça e fraternidade.

No Maranhão, após o vitorioso 2º Congresso Estadual da JPT, a delegação do município de Altamira do Maranhão sofreu um grave acidente de trânsito, em que nosso companheiro petista Ted Pereira veio a falecer.

A JPT manifesta sua irrestrita solidariedade à família do companheiro Ted e ao diretório municipal de Altamira neste momento difícil.

A JPT saúda ainda a decisão do STF de criminalizar o ato de dirigir bêbado, submetendo milhares de vidas ao risco de morte. De igual modo, manifesta seu irrestrito apoio ao Deputado Federal Geraldo Simões (PT-BA), em sua luta para endurecer os efeitos da Lei Seca.

• • •



## ORIENTAÇÃO ÀS INSTÂNCIAS ESTADUAIS E MUNICIPAIS DA JUVENTUDE DO PT

Companheiros e Companheiras,

Com muita felicidade, que nós que formamos a nova Executiva Nacional da JPT viemos dialogar com as gestões estaduais e municipais da Juventude do PT. Realizamos nos dias 25 e 26 de janeiro, em Porto Alegre, a posse e a reunião da executiva nacional. Passamos para vocês alguns encaminhamentos e alguns informes importantes para nossa intervenção política e organização.

Segue abaixo as deliberações da executiva nacional sobre a organização das instâncias de direção da JPT:

- Os municípios que não realizaram Congresso, a executiva nacional aprovou que a partir de março serão feitos novos Congressos Municipais Extraordinários - CONGREX para eleger a nova direção municipal, secretário/a e coordenador/a municipal.
- A direção nacional será composta por 31 membros, sendo a sua comissão executiva de 13 membros divididos por pastas específicas (secretário/a nacional, secretário/a adjunto, comunicação, organização, formação política, relações internacionais, mobilização, relações institucionais, ações afirmativas, direitos humanos, cultura, PPJs e movimentos sociais). Os demais membros da direção ocuparão pastas temáticas definidas na primeira reunião da direção.
- O funcionamento e o trabalho nas direções observarão a forma colegiada e horizontal
- Nosso objetivo é consolidar e fortalecer ainda mais as instâncias estaduais e municipais, através de uma organização da JPT que represente a realidade dos jovens petistas de todo o país e que consiga dialogar com as juventudes brasileiras.

### **Orientações sobre a composição das direções da JPT**

1- As direções devem ser compostas por filiados que compuseram as chapas inscritas para as eleições nos congressos;

2- Reafirmamos a resolução aprovada no I Congresso Nacional da JPT, da necessidade do cumprimento da paridade de gênero e da composição étnico-racial nas direções em todos os níveis.

3 – São pastas obrigatórias para composição das direções estaduais e municipais (organização, comunicação, formação política, PPJs e mobilização). As outras pastas ficam a critério de cada estado, dentro de suas realidades.



4- Fica estabelecido até o dia 02 de março, o prazo para os estados e municípios encaminharem para a nacional a composição das direções estaduais/ municipais e suas atas de posse.

#### **Composição e tamanho das direções estaduais e municipais**

##### **DIREÇÕES ESTADUAIS**

As direções estaduais terão tamanho único e a sua composição formada por 21 membros, sendo 13 (com o secretário eleito) na executiva e 8 no pleno.

Os estados que já compuseram sua direção estadual com tamanho diferente faz necessário avisar a direção nacional da JPT, encaminhando ofício para o email: [juventude@pt.org.br](mailto:juventude@pt.org.br)

Os conselhos consultivos dos estados serão formados pelos secretários municipais mais a direção estadual.

##### **DIREÇÕES MUNICIPAIS**

Municípios com mais de 500 jovens filiados, a direção será formada por 13 membros, sendo 9 na executiva e 4 no pleno

Municípios entre 11 e 499 jovens filiados, a direção será formada por 7 ou 9 membros na direção municipal, ficando escolha do tamanho a critério de cada município.

Atenção: Municípios que realizaram congressos de juventude com 10 ou menos pessoas: núcleos com secretário/a ou coordenador/a

Os conselhos consultivos dos municípios serão compostos pelos núcleos zonais e/ou temáticos constituídos mais a direção municipal

Para saber maiores informações sobre os encaminhamentos gerais acessem a página: [http://www.pt.org.br/secretarias/categoria/secretaria\\_juventude](http://www.pt.org.br/secretarias/categoria/secretaria_juventude)

***Executiva Nacional da JPT***



## EXPEDIENTE

Presidente Nacional do PT

**Rui Falcão**

Secretario Nacional de Juventude

**Jefferson Lima**

Secretario Nacional de Comunicação

**André Vargas**

Diagramação

**Nilton Vilhena**

Edição

**Eduardo Bahia**

Fone: (83) 9690-5588

Twitter: @eduardobahia

Facebook: [www.facebook.com.br/eduardobahia](http://www.facebook.com.br/eduardobahia)

[www.ptparaiba.org.br](http://www.ptparaiba.org.br)

### **Secretaria Nacional de Juventude**

SCS, Quadra 2, Bloco C, nº 256, Edifício Toufic, 1º andar

Brasília – Distrito Federal

Fone: (61) 3213-1388

Twitter: @jpt13

Facebook: <http://www.facebook.com/JPToficial>

Email: [juventude@pt.org.br](mailto:juventude@pt.org.br)